



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

ARTHUR PEREIRA LIMA DOS REIS

**MUITO ALÉM DO INGRESSO: Permanência e
Inclusão de Estudantes Indígenas na Unicamp**

Campinas

2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

ARTHUR PEREIRA LIMA DOS REIS

**MUITO ALÉM DO INGRESSO: Permanência e
Inclusão de Estudantes Indígenas na Unicamp**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
aos cursos de Bacharelado e Licenciatura em
Geografia, orientado pelo Professor Doutor
Marko Synésio Alves Monteiro, como requisito
parcial para obtenção do título de Geógrafo.

**Campinas
2023**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

R277m Reis, Arthur Pereira Lima dos, 2003-
Muito além do ingresso : permanência e inclusão de estudantes indígenas na Unicamp / Arthur Pereira Lima dos Reis. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Marko Synésio Alves Monteiro.
Coorientador: Rosana Icassatti Corazza.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Universidade Estadual de Campinas. 2. Estudantes Indígenas. 3. Inclusão em educação. 4. Estudantes - Auxílio. I. Monteiro, Marko Synésio Alves, 1975-. II. Corazza, Rosana Icassatti, 1968-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. IV. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Far beyond the entrance: permanence and inclusion of indigenous students at Unicamp

Palavras-chave em inglês:

State University of Campinas
Indigenous students
Inclusion in education
Student - Aid

Área de concentração: Geografia

Titulação: Bacharel e Licenciado

Banca examinadora:

Marko Synésio Alves Monteiro [Orientador]
Juan Mattheus Gil Costa
Chantal Victória Medaets

Data de entrega do trabalho definitivo: 07-12-2023

Autor: Arthur Pereira Lima dos Reis

Título: Muito além do ingresso – Permanência e Inclusão de Estudantes Indígenas na Unicamp

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia

Instituição: Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro – Presidente

Este exemplar corresponde à versão final da monografia aprovada.

Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro (Orientador)

Àqueles que compartilham meu sangue
pantaneiro, cuja súplica não foi atendida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por sua qualidade e excelência acadêmica, possibilitando o contínuo aprimoramento da ciência brasileira. Ao movimento estudantil organizado, pela conquista da implementação de ações afirmativas na universidade pública, as quais me permitiram adentrar este espaço nunca antes alcançado por nenhuma geração da minha família. Ao Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), pelas inúmeras bolsas concedidas que me permitiram permanecer aqui durante todos estes anos.

Ao Instituto de Geociências (IG), à Faculdade de Educação (FE), ao Centro de Ensino de Línguas (CEL) e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) pelas aulas e palestras, bem como a todos os seus professores, pesquisadores e demais funcionários. Demonstro agradecimentos especiais também ao meu grupo de amigos (especialmente ao Dimitrie) e colegas espalhados por toda a universidade, pelo apoio emocional e companhia em situações difíceis, pela confiança e lealdade e pelo compartilhamento de momentos inesquecíveis.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de três bolsas de iniciação científica durante minha graduação. Ao Instituto de Economia (IE) e ao professor Bruno de Conti, pela maravilhosa orientação que me proporcionou a obtenção do prêmio “Mérito Científico” no XXXI Congresso de Iniciação Científica da Unicamp. À Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pela infraestrutura adequada para a condução de minha pesquisa e pela publicação de meu artigo. Ao Doutor Rogério Ferreira, por ser um orientador gentil, empático e compreensível.

Obviamente, desejo demonstrar meu profundo agradecimento aos professores Marko Monteiro e Rosana Corazza, pela incrível orientação durante este ano. Por serem pacientes, pela disposição em escutar, pelas conversas mesmo tarde da noite e aos fins de semana, pelos debates, críticas construtivas e o suporte adequado para a realização desta pesquisa.

À minha família, dedico um fascinante provérbio chinês: “吃水不忘挖井人” chī shuǐ bú wàng wā jǐng rén, em português: “não se esqueça de quem escavou o poço quando estiver bebendo água”. Sem o apoio e esforço de minha família, eu não estaria aqui. Portanto, dou graças ao meu pai, aquele responsável por minha ambição; seus

ensinamentos foram fundamentais em minha vida. À minha irmã Gabriella, companheira de vida e inspiração para mim como cientista, descrevo como aquela que me mostrou que era possível. À minha mãe, palavras não seriam suficientes. É aquela que sacrificou tudo por mim. Devo minha vida a ela.

Por fim, gostaria de agradecer a mim mesmo por minha resiliência e determinação ininterrupta. Cada desafio superado, cada passo dado em direção à realização de meus sonhos é testemunho da minha força de vontade. A conclusão deste trabalho é prova viva disso. Com humildade, aceito cada lição como um presente valioso e agradeço por todas as oportunidades que a vida me ofereceu até agora. Que essa gratidão perdure, guiando-me para um futuro de constante aprendizado e realização.

“Antes do Brasil da Coroa,
existe o Brasil do Cocar.
Antes do Brasil do verde e amarelo,
existe o Brasil do jenipapo e do urucum.
Não conheceremos o Brasil
antes de conhecer a história indígena”
(Célia Xakriabá, 2022).

RESUMO

Apesar do aumento recente nas taxas de ingresso de estudantes indígenas nas universidades públicas brasileiras, persistem numerosos desafios enfrentados por essa população no ambiente acadêmico. Este trabalho tem como objetivo analisar a permanência e inclusão dos graduandos indígenas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica abordando o histórico dos povos originários no Brasil, a educação indígena brasileira e, mais especificamente, a situação dos indígenas na Unicamp após a implementação do Vestibular Indígena. Posteriormente, aplicou-se um questionário contendo perguntas quantitativas e qualitativas para elaborar um perfil demográfico dos graduandos e coletar suas opiniões sobre a jornada acadêmica nesta instituição. A metodologia de 'análise de conteúdo' foi empregada para a análise dos resultados qualitativos. Por fim, são notados ainda muitos desafios, principalmente com relação à representatividade indígena no corpo de docentes e pesquisadores, o racismo constante enfrentado pelos alunos e aspectos financeiros da vida universitária.

Palavras-chave: estudantes indígenas, Unicamp, inclusão, permanência estudantil.

RESUMEN

A pesar del reciente aumento en las tasas de ingreso de estudiantes indígenas en las universidades públicas brasileñas, persisten numerosos desafíos enfrentados por esta población en el ámbito académico. Este trabajo tiene como objetivo analizar la permanencia e inclusión de los estudiantes indígenas en la Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Inicialmente, se llevó a cabo una revisión bibliográfica que abordó la historia de los pueblos originarios en Brasil, la educación indígena brasileña y, más específicamente, la situación de los indígenas en la Unicamp después de la implementación del Vestibular Indígena. Posteriormente, se aplicó un cuestionario con preguntas cuantitativas y cualitativas para elaborar un perfil demográfico de los estudiantes y recopilar sus opiniones sobre la experiencia académica en esta institución. Se empleó la metodología de 'análisis de contenido' para analizar los resultados cualitativos. Finalmente, se observan aún muchos desafíos, especialmente en cuanto a la representatividad indígena en el cuerpo docente e investigador, el constante racismo enfrentado por los estudiantes y los aspectos financieros de la vida universitaria.

Palabras clave: estudiantes indígenas, Unicamp, inclusión, permanencia estudiantil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Mapa da situação jurídico-administrativa das Terras Indígenas no Brasil, em 2022.....	15
Figura 2: Mapa da Diversidade Regional dos Participantes da Pesquisa.....	28

GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa Etária dos Participantes da Pesquisa.....	26
Gráfico 2: Identidade Étnica dos Participantes da Pesquisa.....	27
Gráfico 3: Ano de Ingresso dos Participantes da Pesquisa.....	30
Gráfico 4: Campus de Estudo dos Participantes da Pesquisa.....	31
Gráfico 5: Identidade de Gênero dos Participantes da Pesquisa.....	31
Gráfico 6: Número de Filhos dos Participantes da Pesquisa.....	32
Gráfico 7: Língua Materna dos Participantes da Pesquisa.....	32
Gráfico 8: Habilidades Linguísticas dos Participantes da Pesquisa.....	33
Gráfico 9: Vida Escolar até o Ensino Médio dos Participantes da Pesquisa.....	34
Gráfico 10: Inclusão dos Participantes nos Programas de Bolsas de Permanência da Unicamp.....	35
Gráfico 11: Moradia dos Participantes da Pesquisa.....	36
Gráfico 12: Discriminação e Preconceito Étnico-Racial Sofrido/Testemunhado pelos Participantes.....	38

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Evolução em números do Vestibular Indígena da Unicamp, de 2019 a 2024.....	22
TABELA 2: Curso de Graduação dos Participantes da Pesquisa (Área de Humanidades e Artes).....	29
TABELA 3: Curso de Graduação dos Participantes da Pesquisa (Área de Exatas e Tecnologias).....	29
TABELA 4: Curso de Graduação dos Participantes da Pesquisa (Área de Biológicas e Saúde).....	29
TABELA 5: Ranking de Problemáticas Mais Importantes Segundo os Participantes da Pesquisa.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A UNIVERSIDADE COMO TERRITÓRIO INDÍGENA.....	14
2.1 Povos Indígenas no Brasil.....	14
2.2 Educação Indígena Brasileira.....	16
2.3 Estudantes Indígenas na Unicamp.....	19
2.3.1 Vestibular Indígena na Unicamp.....	22
3 QUESTIONÁRIO.....	24
3.1 Metodologia.....	24
3.2 Local de Aplicação.....	25
3.3 Público-Alvo.....	25
3.4 Resultados.....	26
3.4.1 Perfil Demográfico.....	26
3.4.2 Vida Universitária na Graduação da Unicamp.....	34
3.4.3 Outras Questões.....	38
3.5 Debate.....	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5 REFERÊNCIAS.....	47
6 ANEXOS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Na geografia, ciência que se propõe ao estudo das interações entre o ambiente natural e o ser humano, os conceitos de lugar e território são inerentes. Lugar é utilizado para definir uma realidade. Assim, ele difere de outros conceitos, já que não possui um sentido completamente definido. Ele é caracterizado pela interação humana com o ambiente a partir da cultura, costumes e relações de pertencimento. O território, por sua vez, é definido através das relações de poder ou propriedade.

A universidade, espaço que se autointitula como produtora da ciência e detentora do conhecimento, é por consequência também um território. Entretanto, por quem este território veio sendo ocupado ao longo da história brasileira? Certamente, não é pelos povos originários.

A área de estudo em foco, neste trabalho, é a de estudos populacionais, um campo da geografia humana. Ela estuda diversas características de um grupo específico de indivíduos, identificando aspectos socioeconômicos, como seu acesso a serviços básicos de saúde ou moradia e, assim, prevê tendências demográficas e até projeta cenários futuros. Como afirma Luana Polon, educadora brasileira, em seu artigo sobre os estudos populacionais na ciência geográfica, “a geografia pode, através dos dados encontrados, sistematizar informações, promover debates construtivos, perceber de forma crítica os problemas relativos à questão demográfica e, se possível, apontar soluções ao que foi encontrado no contexto do estudo (2019, p. 81)”. Ou seja, é um campo de estudo extremamente importante, visto que, com os resultados de pesquisas nesta área, é possível melhorar a qualidade de vida de determinada população.

No Brasil, o ensino superior foi e ainda é, em grande parte, uma representação viva da colonização e do racismo enraizado na sociedade brasileira. Nos últimos anos, todavia, algumas instituições públicas, passaram a compreender que os processos de pertencer, ocupar e se reconhecer na universidade não deveriam ser reduzidos à população não-indígena. É o caso da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que desde 2010 realiza processo seletivo diferenciado para candidatos indígenas, em decorrência das especificidades desta população. Foi uma das primeiras instituições do Brasil a realizar tal feito e hoje apresenta taxas elevadas de discentes indígenas. Ou seja, com a implementação de cotas e processos seletivos adaptados, as estruturas das universidades podem ser remodeladas, ainda que lentamente.

Em contrapartida, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição onde a pesquisa foi realizada, ainda é um espaço dominado pela classe média e alta e majoritariamente branco ¹. Entre 2019 e 2023, aproximadamente 62% dos matriculados se identificam como brancos e apenas um terço dos alunos tem renda familiar mensal inferior a três salários-mínimos.

Ademais, no Instituto de Geociências (IG), lar do curso de Geografia na Unicamp, foram oferecidas mais de 100 diferentes disciplinas de graduação no ano de 2023, conforme o caderno de horários disponibilizado pela Diretoria Acadêmica (DAC)², entretanto, nenhuma delas têm como destaque temáticas indígenas. Dessa forma, a pesquisa se insere nesta problemática, visto que o estudante e o professor responsáveis pelo trabalho são vinculados a este instituto e se encontram insatisfeitos com a atual situação dos currículos na instituição.

Outrossim, é bastante crítica a situação que muitos indígenas vivem na Unicamp, visto que a situação de vida na moradia estudantil não é a ideal. Diversas notícias mostram essa precariedade, o que ajuda a justificar a relevância de conduzirmos mais pesquisas com essa população.

Sendo assim, a pesquisa em questão tem como pergunta orientadora: Como ocorrem os processos de permanência e inclusão de estudantes indígenas na Unicamp? Como objetivo geral, temos a análise dos desafios para a permanência e plena inclusão dos graduandos indígenas. Os objetivos específicos incluem: descrever a situação da permanência estudantil para os indígenas, com relação ao processo seletivo de bolsas sociais, sua importância financeira e moradia; e relatar o processo de inclusão destes alunos, abordando temas como a representatividade na universidade, a curricularização na Unicamp, o Percorso Formativo Indígena, bem como questões relacionadas a discriminações étnico-raciais.

Com a finalidade de alcançar os objetivos apresentados, inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica para escolha de artigos, livros, textos e notícias relevantes ao tema. A literatura foi buscada no Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU), Periódicos Capes, base de periódicos científicos brasileiros Scientific Electronic Library Online (SciELO), bem como no mecanismo Google Scholar, com o uso de palavras-chave como forma de refinar a pesquisa. As palavras-chaves selecionadas incluem: povos originários, estudantes indígenas, Brasil, Unicamp, demografia,

¹ COMVEST, [s.d.]

² DAC – Diretoria Acadêmica da Unicamp, 2023.

políticas afirmativas, Vestibular Indígena, inclusão, permanência, incluindo também versões em inglês e espanhol.

Por fim, por se tratar de um estudo antropológico-demográfico, de caráter qualitativo e quantitativo, aplicou-se um questionário, elaborado à luz da bibliografia de autores relevantes, como Chantal Medaets, Carla Munzanzu e Wagner Amaral, especialistas da questão indígena no ensino superior brasileiro. Para melhor embasar as análises qualitativas e quantitativas do trabalho, utilizamos ferramentas importantes, como mapa de localização da origem geográfica dos participantes para fins de análise da diversidade regional dos resultados obtidos, bem como gráficos e tabelas, facilitando na interpretação dos dados. As questões dissertativas foram analisadas por meio da metodologia “análise de conteúdo”.

A primeira parte do questionário busca traçar um perfil demográfico da população, a fim de entender algumas características gerais de quem participou da pesquisa, sendo elas: nome, idade, gênero, etnia indígena, origem geográfica, curso de graduação na Unicamp, ano de ingresso, campus de estudo, número de filhos, histórico educacional e conhecimentos linguísticos. Já os temas abordados nas questões específicas incluem: Licenciatura Intercultural Indígena; Percurso Formativo Indígena; Representatividade na universidade; Temáticas indígenas e curricularização na Unicamp; Bolsas de permanência e processo seletivo; Moradia estudantil e processo seletivo; Discriminação étnico-racial; e Outras questões.

2 A UNIVERSIDADE COMO TERRITÓRIO INDÍGENA

Neste capítulo, a fim de compreender melhor a universidade enquanto um território a ser ocupado pelos indígenas, serão abordados os seguintes tópicos: contexto histórico dos povos originários no Brasil anteriormente e atualmente, políticas governamentais e a situação educacional indígena nos dias de hoje e, por fim, a implementação de ações afirmativas na Unicamp e os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas na universidade. Todos estes temas deram ao autor o embasamento teórico-científico adequado para a elaboração das perguntas no questionário do próximo capítulo.

2.1 Povos Indígenas no Brasil

Em épocas anteriores, no Brasil, os povos indígenas eram chamados de “silvícolas” (isto é, selvagens) pelo próprio governo brasileiro, termo que foi descontinuado apenas na última Constituição Federal (VERDUM, 2009, p. 96). Aliás, em maio de 1900, na Sessão Magna do Quarto Centenário do Brasil, o político Paulo de Frontin recitou um discurso, expondo sua visão repugnante a respeito do “índio”. Segundo ele, o Brasil não é o índio, pois este perdura com seus costumes primitivos, sem progresso. Não são, nem podem ser considerados parte integrante da sociedade. Inclusive, cabe a ela assimilá-los e, não conseguindo, eliminá-los (FREIRE, 2016, p. 20-21). Infelizmente, essa ainda é a visão de grande parte da população brasileira.

Os povos indígenas no Brasil sofrem com a invasão de suas terras há pelo menos 500 anos. São mais de cinco séculos de exploração, genocídio, estupro e desapropriação de territórios. Mesmo assim, mais de 300 etnias resistiram e, hoje, segundo resultados oficiais do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, vivem quase 1,7 milhão de indígenas no Brasil.

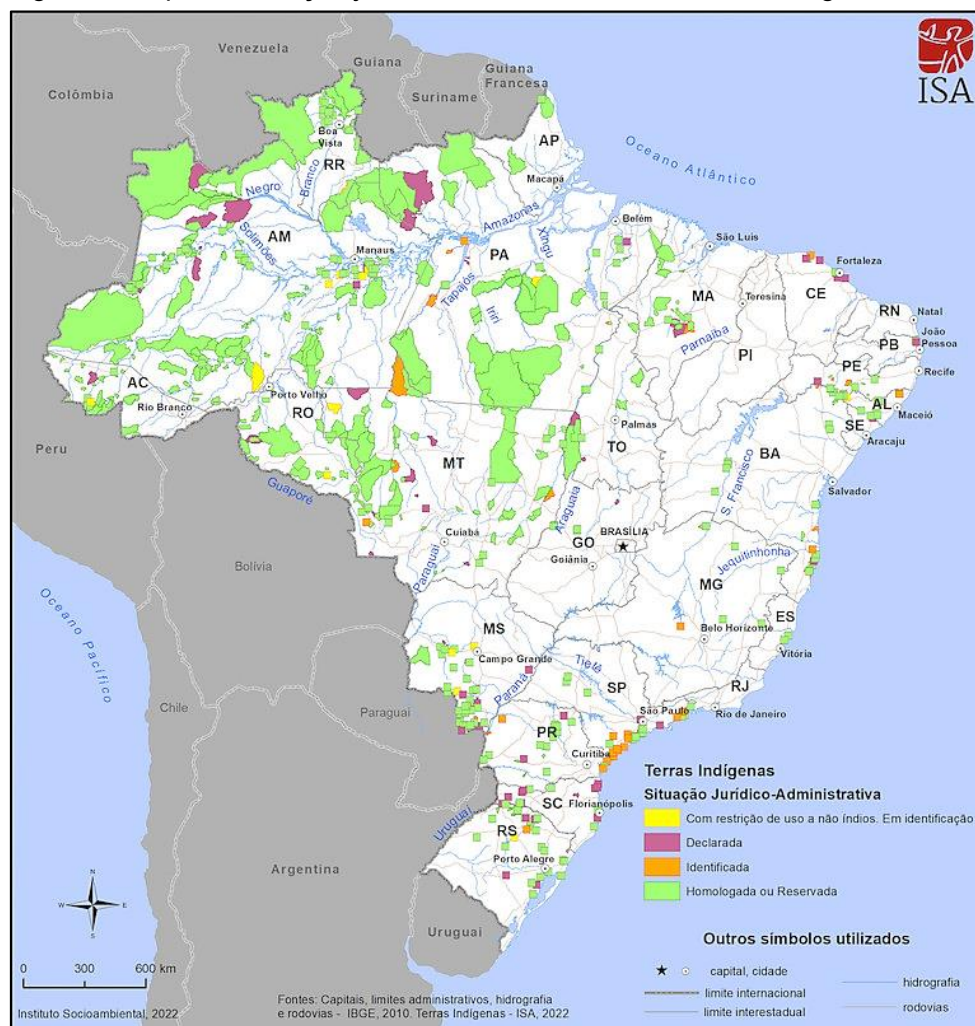
A taxa de aumento populacional com relação ao último censo de 2010 é alta (88,8%) assim como o são as taxas de censos anteriores (149,6% de 1991 a 2000 e 11,4% de 2000 a 2010). Para se ter uma ideia, a população brasileira em geral cresceu apenas 6,5% nos últimos 12 anos, uma taxa quase 14 vezes menor à atual indígena.

³ BRASIL, 2023.

Hoje, os indígenas estão espalhados por todo o país. Dados do Censo de 2010 revelam mais de 274 línguas faladas por 305 etnias⁴. Até o momento, não há dados etnolinguísticos mais atualizados. No aspecto populacional, o Censo de 2022 do IBGE já tem resultados. A cidade com maior população originária no Brasil é Manaus (com 71,7 mil indígenas), em seguida, vem São Gabriel da Cachoeira (com 48,3 mil) e Tabatinga (34,5 mil), todas no Amazonas, estado com quase meio milhão de indígenas (aproximadamente 29% do total nacional).

Ainda conforme as estimativas do Censo, dos mais de 630 mil domicílios com pelo menos um morador indígena, cerca de 22% estavam localizados em Terras Indígenas (TIs) e 78% não. Veja a seguir um mapa da situação jurídico-administrativa das Terras Indígenas em território brasileiro:

Figura 1: Mapa da situação jurídico-administrativa das Terras Indígenas no Brasil, em 2022.



Fonte: ISA – Instituto Socioambiental.

⁴ FUNAI, 2022.

Como é possível notar na Figura 1, um número significativo de Terras Indígenas brasileiras está localizado na região amazônica. Para ser mais preciso, mais da metade do total de TIs está na Amazônia Legal (Instituto Socioambiental, 2022). Ao todo, as TIs somam mais de 770 áreas distribuídas pelo país, ocupando extensão de quase 120 milhões de hectares, cerca de 14% do território nacional.

Conforme Munzanzu, Barboza e Moura (2022, p. 2) apontam, o direito ao território é uma das perspectivas fundantes da luta indígena. Entretanto, no Brasil contemporâneo, onde existem discursos que apoiam uma tese jurídica de marco temporal⁵ para os povos originários, é perceptível que a situação dos indígenas no Brasil é complexa e multifacetada.

Os indígenas continuam enfrentando ameaças significativas aos seus modos de vida e às suas terras. A demarcação de terras indígenas é, portanto, um problema persistente. A disputa por territórios muitas vezes resulta em conflitos com madeireiros, fazendeiros e empresas interessadas nos recursos naturais presentes nessas áreas. A exploração destes recursos, através da mineração ou desmatamento, frequentemente afeta de forma negativa o meio ambiente das terras indígenas, prejudicando a fauna, a flora e os modos de subsistência tradicionais.

Para o enfrentamento destes problemas, torna-se imperativo ter lideranças indígenas que possam dialogar com os mais diversos setores da sociedade não-indígena, a fim de proteger seus territórios. Sendo assim, é de máxima importância que o Estado brasileiro se atente às reivindicações desta população, especialmente no âmbito educacional, a fim de formar cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos.

2.2 Educação Indígena Brasileira

Como já apontado anteriormente, a população indígena brasileira só vem crescendo nas últimas décadas. Logo, torna-se necessário refletir sobre políticas

⁵ “Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição” (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2023). Isso desconsidera o fato de que os indígenas habitam o território brasileiro há milhares de anos, muito antes da colonização ou da existência de uma constituição.

públicas na educação, seja ela em qual nível for. É o que afirma Luís Grupioni, antropólogo pesquisador da educação indígena no Brasil:

“Se, historicamente, a introdução da escola em meio indígena serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos, como a catequização, a civilização e a integração forçada dos índios à comunhão nacional, atualmente a escola ganhou um novo sentido para os povos indígenas, tornando-se um meio de acesso a conhecimentos universais e de valorização e sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais. De algo imposto, [...] a educação e a criação de escolas em terras indígenas passaram a ser uma demanda dos próprios povos indígenas, interessados em adquirir conhecimentos sobre o mundo de fora das aldeias e em construir novas formas de relacionamento com a sociedade brasileira e com o mundo” (GRUPIONI, 2006, p. 47).

Ou seja, a educação passou de algo imposto para uma atual reivindicação dos povos originários. Conforme a Declaração das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008), os povos originários:

- [...] têm o direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais (Artigo 5);

- têm o direito, sem qualquer discriminação, à melhora de suas condições econômicas e sociais, especialmente nas áreas da educação, emprego, capacitação e reconversão profissionais, habitação, saneamento, saúde e seguridade social [...] (Artigo 21);

- têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas [...] (Artigo 31).

Segundo a Constituição Federal de 1988, com relação ao ensino fundamental das crianças indígenas, ele “[...] será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Constituição Federal, Artigo 210, Parágrafo 2). Portanto, fica explícito a obrigação da União de promover a educação indígena com metodologias diferenciadas, que incorporem processos característicos do povo em questão.

Todavia, de nada adianta apenas construir escolas. Elas devem ser pensadas considerando boas infraestruturas e recursos suficientes para sua manutenção. Para se ter uma ideia, das 3.466 escolas indígenas, que representam menos de 2% do total de instituições existentes no país, 30% não tinha energia elétrica, 63% não tinha água potável disponível para consumo e lamentáveis 10% tinham acesso à internet (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022). A fala de Ana Paula Brandão, diretora da ActionAid Brasil, ONG internacional que luta por justiça social, reitera:

“Apesar da legislação, apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação indígena, o Brasil pouco investe na educação para essas populações. Menos da metade de todas as escolas indígenas são regulamentadas pelos sistemas de ensino; além disso, quando estão funcionando, metade delas não possuem material pedagógico adequado. Ou seja, não valorizamos e respeitamos a cultura desses povos [...]. Pelo contrário. É um verdadeiro epistemicídio [...]” (ACTIONAID BRASIL, 2022).

Além disso, para além de ocupar o ensino básico, ocupar a universidade é também um ato de demarcar território e romper com invisibilidades. É o que apontam Wagner Amaral e Tânia Baibich-Faria, em seus estudos sobre os povos originários que adentraram as universidades estaduais do Paraná. Para eles, “a presença dos estudantes indígenas na universidade pública oportuniza ainda mais a manifestação das contradições, dos paradoxos e das incoerências que nela residem e a constituem” (AMARAL; BAIBICH-FARIA, 2012, p. 820).

Ademais, Daniel Mato, cientista social e referência no assunto sobre a educação superior de indígenas e afrodescendentes na América Latina, destaca em um de seus artigos publicados a enorme escassez de instituições de ensino superior latino-americanas que incorporem as línguas, os saberes e as propostas de aprendizagem dos povos nativos em seus planos de estudos. Para ele, a tarefa de interculturalizar a universidade ainda se contra pendente, portanto não é um espaço verdadeiramente “universalista”; na verdade, este espaço segue sendo monocultural, subordinado ao legado europeu moderno e igualmente articulado ao mercado mundial (MATO, 2010, p. 109).

Afinal, a presença indígena pode vir a desafiar as normas acadêmicas, incorporando as vozes do silêncio, dos espíritos, das árvores, dos rios, dos cantos ancestrais, dos xamãs. Isso reflete a riqueza do conhecimento indígena. A universidade, no decorrer de sua história, não deu o devido valor aos saberes

tradicionais, que são capazes de romper com padrões epistemológicos colonialistas, abrindo caminho para novas formas de ciência mais relevantes diante dos desafios históricos e culturais da América Latina (KAWAKAMI, 2017).

Em 2019, de acordo com o Censo da Educação Superior, mais de 72 mil indígenas estavam matriculados no ensino superior, um aumento de 757% com relação a 2009. Esse é o maior crescimento dentre todos os grupos étnico-raciais do Brasil⁶ (pardos cresceram 662,8%, pretos 529,4%, amarelos 329,8% e brancos 291,7%). Um dos motivos desta explosão pode ser explicado pelo também aumento das matrículas de indígenas na educação básica. No mesmo período, houve crescimento de 71% nas matrículas de ensino médio e 53,7% no ensino fundamental, conforme dados do Censo Escolar.

Além disso, como relata Márcia Mura, indígena doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)⁷,

“Tem muita coisa ensinada nas universidades que diz respeito aos povos nativos, mas não é ensinada, a meu ver, da maneira correta. Os componentes curriculares sobre povos indígenas deveriam ser dados por professores indígenas. E já temos mestres e doutores formados, mas eles não estão nas salas de aula”.

Em 2021, somente 450 dos mais de 316 mil professores de ensino superior no Brasil eram indígenas, cerca de 0,01% do total, de acordo com o Censo da Educação Superior (2021). Isso demonstra a falta de comprometimento da maior parte das universidades brasileiras com a representatividade indígena no campo do saber.

2.3 Estudantes Indígenas na Unicamp

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição onde esta pesquisa foi realizada, a partir da introdução recente de políticas afirmativas e a criação do Vestibular Indígena vêm oferecendo, ainda que muito tardiamente, novas oportunidades de ingresso dos povos nativos ao ambiente universitário. No entanto, adentrar a universidade não é o único passo, permanecer e pertencer também são desafios.

⁶ NEXO JORNAL, 2022.

⁷ G1, 2023.

Para se ter uma ideia, na Unicamp, no vestibular de 2018, ano anterior ao da realização do primeiro vestibular indígena adaptado da instituição, somente 0,2% dos matriculados eram indígenas. Em 2023, essa porcentagem saltou para 3,4% do total de calouros⁸, uma das maiores taxas do país. É um salto grande e muito importante para a garantia da diversidade na universidade.

Incluir os indígenas não é simplesmente oferecer-lhes vagas, porém tornar o ensino verdadeiramente inclusivo, incorporando temas pertinentes a esse grupo dentro da sala de aula. Na Unicamp, são pouquíssimas as disciplinas de graduação com foco nos povos indígenas que estejam presentes nos catálogos dos cursos e sejam ofertadas a qualquer tipo de aluno. Como exemplos, temos: Histórias e Culturas dos Povos Indígenas Brasileiros (EP916), da Faculdade de Educação, e Línguas Indígenas (HL481), do Instituto de Estudos da Linguagem.

Recentemente, porém, foram criadas diversas disciplinas do chamado Percurso Formativo Indígena, isto é, um programa de adaptação desenvolvido exclusivamente para os alunos indígenas neste período inicial na universidade, considerando as mudanças de comportamento, o uso da língua portuguesa e da matemática. Este percurso é de caráter obrigatório para aqueles que ingressaram a partir de 2023. Ele foi baseado na experiência de outras universidades, que o implementaram a fim de diminuir as taxas de evasão dos estudantes indígenas. Como exemplos de disciplinas presentes neste percurso, temos: Diálogos Interculturais – Povos Indígenas e a Universidade (AM097), Letramentos Acadêmicos (LA085) e Matemática Elementar para Universitários Indígenas (EB986).

Entretanto, apesar de ser um programa que visa promover uma transição menos abrupta ao ambiente universitário, ainda sim é necessário a inclusão de disciplinas com temáticas indígenas no currículo dos cursos da Unicamp, especialmente nas Artes e Humanidades. A universidade existe justamente para universalizar os conhecimentos, ou seja, compartilhar vivências e desenvolver

No que se refere ao estudo universitário, principalmente em uma metrópole como Campinas, há muitos custos monetários, mesmo se tratando de uma universidade pública. Onde morar? Como se alimentar? Quais os meios de transportes? Sendo assim, a problemática financeira também entra em jogo. Na turma

⁸ COMVEST – Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp [s.d.].

de ingressantes de 2019, por exemplo, apenas 7 dos 64 estudantes possuíam um computador no início do ano letivo (CHANTAL; EDILENE, 2021, p. 245).

Leia o trecho abaixo, de uma reportagem, que traz o depoimento de uma aluna que reside na Moradia Estudantil:

“No início do ano passado, a casa em que moro alagou em decorrência da falta de manutenção na caixa d'água. Além do susto da água caindo por todo o teto, a Unicamp disse que resolveria o problema somente no dia seguinte e tivemos que dormir fora de casa sem saber ao certo como ficaria nossa situação. Mesmo após arrumarem o problema pontual, não fizeram uma vistoria para saber as consequências do ocorrido. Não bastasse este caso, a casa voltou a alagar em decorrência de outra bomba da caixa d'água que estourou”, disse Julie Sagüi, moradora do bloco J da Moradia (2021)⁹.

A falta de recursos coloca alunos vulneráveis em situação de dependência da estrutura de auxílio oferecida pela Unicamp. Se ela falha, os alunos mais precarizados são os que mais sofrem. Aqui vemos como a situação dos indígenas é delicada. Logo, com tantos obstáculos pelo caminho, a permanência na universidade torna-se comprometida.

Quando analisamos as taxas de evasão escolar na Unicamp, a vulnerabilidade deste grupo fica ainda mais visível. No início de 2022, a taxa de evasão foi de 9,4% para os alunos indígenas (Diretoria Acadêmica da Unicamp), enquanto a taxa de evasão média, incluindo alunos não-indígenas, foi de apenas 5,6% em 2020, dado mais recente divulgado pela universidade¹⁰.

Durante a crise da Covid-19, a situação ficou ainda mais crítica. De acordo com Chantal Medaets (2021, p. 258), antropóloga e educadora que já realiza estudos sobre a situação dos indígenas na Unicamp e outras instituições do país, embora a instituição tenha feito esforços para mitigar as desigualdades acentuadas pela pandemia, as iniciativas desenvolvidas ficaram longe de uma solução. Um exemplo foi a doação de equipamentos eletrônicos e a disponibilização de chips pré-pagos de internet (limitada a 10 GB por mês) para o acompanhamento das aulas. Muitas das vezes, o pacote oferecido não era suficiente ou o sinal de internet em algumas comunidades indígenas era instável ou inexistente, comprometendo o progresso universitário dos alunos.

⁹ ESQUERDA DIÁRIO, 2021.

¹⁰ TEIXEIRA, 2022.

2.3.1 Vestibular Indígena da Unicamp

Nos últimos anos, a Unicamp ampliou as formas de ingresso para graduação. Antes, havia apenas o Vestibular tradicional. Hoje, a instituição conta com 7 principais modalidades de ingresso, sendo elas: o Vestibular Unicamp, o Enem-Unicamp, as Vagas Olímpicas, as Vagas Remanescentes (de transferência universitária), o Programa de Formação Interdisciplinar (Profis) e o de recente implementação Provão Paulista. Há também modalidades diferenciadas, como as vagas para refugiados, com características excepcionais. Ainda assim, a maior parte das vagas oferecidas (cerca de 75%) fica com o Vestibular tradicional, com 2537 vagas para o ano de 2024.

Com relação às ações afirmativas, em algumas das modalidades descritas, há a possibilidade de opção pelas cotas étnico-raciais para pessoas pretas, pardas e indígenas e o Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social (PAAIS), que visa reservar vagas para os alunos de escolas públicas.

No que diz respeito ao Vestibular Indígena, ele se expandiu muito desde sua primeira edição. Trata-se do principal meio de ingresso para estudantes indígenas de todo o país na Unicamp atualmente. Das 72 vagas iniciais para o ingresso em 2019, hoje são ofertadas 130, quase o dobro. Mesmo assim, ainda existem cursos de graduação na Unicamp que se negam a oferecer vagas nesta modalidade de ingresso, todos na área de ciências exatas. São eles: 1 – Matemática (Integral), 4 – Física (Integral), 108 - Engenharia Física (Integral) e o Curso 51 – Matemática/Física/Matemática Aplicada e Computacional (Integral). Veja o quadro a seguir:

Tabela 2: Evolução em números do Vestibular Indígena da Unicamp, de 2019 a 2024.

Ingresso	Quantidade de locais de prova	Número de cursos	Número de vagas	Número de inscritos	Relação candidato/vaga
2019	5	34	72	610	8,47
2020	8	44	96	1675	17,45
2021	6	42	88	1697	19,28
2022	6	61	130	2805	21,58
2023	6	61	130	3480	26,77
2024	6	61	130	-	-

Fonte: Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (<https://www.comvest.unicamp.br>).

Como é possível observar, há um elevado aumento no número de inscritos, de 610 em 2019 para 3480 em 2023, quase 6 vezes mais. Todavia, este aumento no

número de inscritos não foi acompanhado na mesma proporção pelo aumento no número de vagas. Isso fez com que, em 2023, os candidatos indígenas acabassem tendo concorrência maior do que aqueles que prestaram o Vestibular tradicional da Unicamp, que teve 24,26 candidatos por vaga, contra 26,77 do Vestibular Indígena.

Isso comprova a indiferença da universidade para com os candidatos indígenas, visto que, comparativamente, houve maior procura dos indígenas para estar na universidade do que não-indígenas¹¹ em 2023. Mesmo assim, sabendo disso, a Unicamp não ampliou as vagas para o Vestibular Indígena para o ingresso em 2024.

¹¹ Em 2023, apenas 0,06% dos candidatos do Vestibular tradicional se identificaram como indígenas. Disponível em: <https://www.comvest.unicamp.br/wp-content/uploads/2023/06/PerfilSocioEconomico2023.pdf>

3 QUESTIONÁRIO

Considerando a recente implementação de políticas afirmativas e do Vestibular Indígena para a inclusão dos povos originários na Unicamp, é importante reconhecer que ainda há espaço para melhorias. Portanto, elaboramos um questionário com 19 perguntas. As 14 primeiras perguntas servem como uma espécie de perfil demográfico, a fim de identificar os participantes da pesquisa e elaborar um panorama geral da diversidade dos dados coletados. As 5 últimas questões são mais específicas, a respeito da vida universitária na Unicamp. Estas perguntas foram baseadas na discussão realizada no capítulo anterior e a experiência de outras instituições de ensino superior com relação à permanência e inclusão de estudantes indígenas.

3.1 Metodologia

O questionário foi elaborado à luz da bibliografia, com tópicos pertinentes ao tema em questão. Para melhor embasar as análises qualitativas e quantitativas do trabalho, utilizamos ferramentas importantes, como um mapa de localização da origem geográfica dos participantes para fins de entendimento da diversidade regional dos resultados obtidos, bem como gráficos e tabelas, facilitando a interpretação dos dados. A última questão, dissertativa, foi analisada por meio da metodologia “análise de conteúdo”, definida como:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1997, p. 42).

Além disso, toda a documentação necessária referente ao questionário foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unicamp e pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)¹², que é o responsável pelas pesquisas envolvendo populações indígenas. Por fim, o questionário adota uma abordagem interdisciplinar, combinando elementos da geografia e da antropologia. Essas ciências sociais estão intrinsecamente ligadas ao estudo do ser humano, fornecendo uma base teórica e metodológica sólida para a análise dos dados coletados.

¹² Número CAAE: 72537823.7.0000.8142

3.2 Local de Aplicação

O questionário foi conduzido por meio de um formulário Google Forms (em ANEXOS). O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), que visa assegurar os direitos de quem responde o formulário foi incluso antes das perguntas, informando o tema da pesquisa e possibilitando uma escolha pela participação de forma clara e informada. A equipe de pesquisa buscou divulgar o questionário a partir de grupos de WhatsApp e outras redes sociais (Facebook, Instagram etc.), além do contato com secretarias de graduação, para maximizar o número de respondentes e ampliar assim a representatividade da pesquisa.

Os dados estão guardados pelos pesquisadores e somente eles têm acesso. Os dados não serão divulgados de forma individualizada, e todos os participantes estão anonimizados em qualquer publicação derivada dessa pesquisa.

3.3 Público-alvo

A população estudada incluiu alunos indígenas da Unicamp, em nível de graduação, com matrícula ativa, de qualquer um dos três campi (Campinas, Limeira ou Piracicaba), que majoritariamente se encontram dentro da faixa etária de 18 a 35 anos, de ambos os sexos e qualquer classe social.

De acordo com dado recente divulgado pela Unicamp¹³, há atualmente 348 estudantes indígenas matriculados na Unicamp, de 49 diferentes etnias. Neste trabalho, a pesquisa realizada não foi censitária, mas sim amostral, ou seja, os questionários não foram aplicados a todos os indivíduos deste conjunto populacional.

Outrossim, sabendo que no último Vestibular Indígena realizado houve o oferecimento de vagas em 61 cursos de graduação na Unicamp¹⁴, estabelecemos um requisito mínimo de 61 participantes, onde em um cenário ideal, ao menos 1 estudante de cada curso da Unicamp participaria. Sendo assim, o único critério de suspensão ou encerramento da pesquisa utilizado foi este número mínimo de 61 participantes, o que corresponde a aproximadamente 17,5% do universo total.

Os participantes foram excluídos da pesquisa caso:

¹³ NUNES, 2023.

¹⁴ A Unicamp considera um curso de turno diferente como um curso distinto. Por exemplo: Geografia (Integral) e Geografia (Noturno) contabilizam dois cursos.

- Não apresentem o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente preenchido;
- Não sejam indígenas;
- Não tenham matrícula regularmente ativa em curso de graduação na Unicamp;
- Sejam menores de 18 anos.

3.4 Resultados

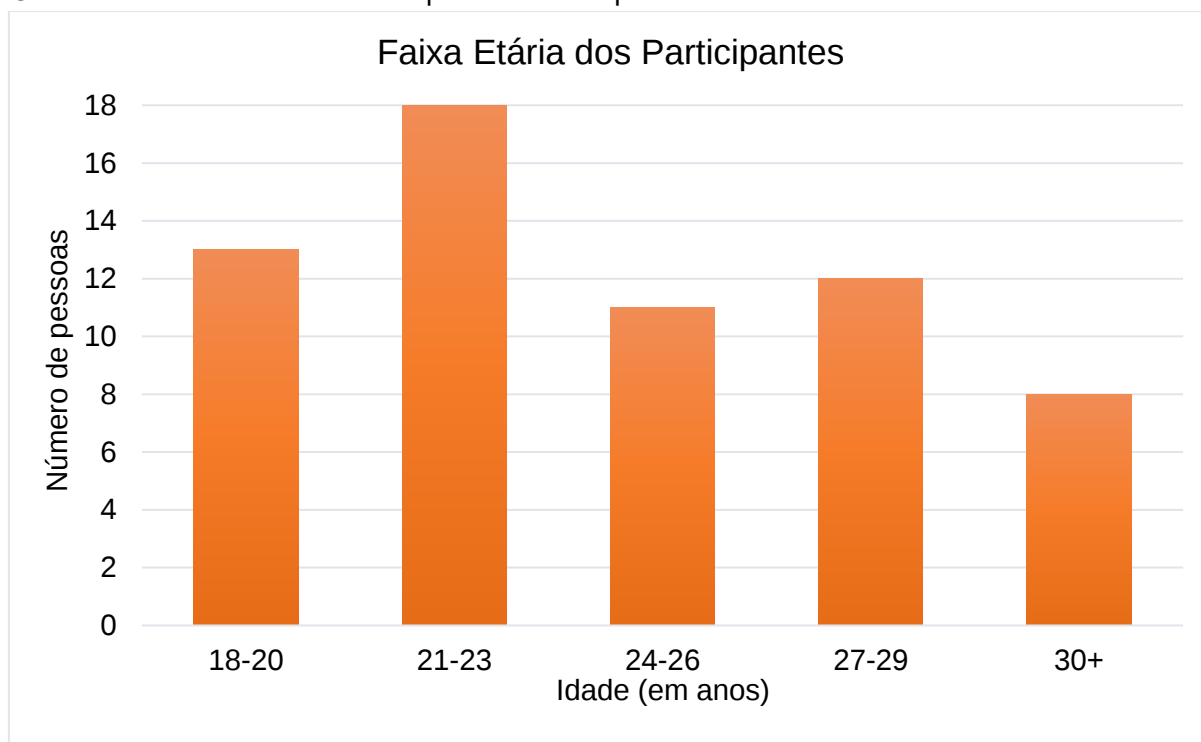
A coleta de dados do questionário aconteceu entre os dias 04 e 16 de novembro de 2023, acumulando um total de 63 respostas e 62 participantes. Apenas 1 estudante não concordou em participar da pesquisa.

3.4.1 Perfil Demográfico

A primeira parte do formulário é uma espécie de perfil demográfico e contém 14 perguntas, incluindo o preenchimento do RCLE e as informações “nome completo” e “e-mail”, as quais não serão divulgadas neste trabalho, a fim de manter o anonimato dos participantes.

▪ Faixa Etária

Gráfico 1: Faixa Etária dos Participantes da Pesquisa



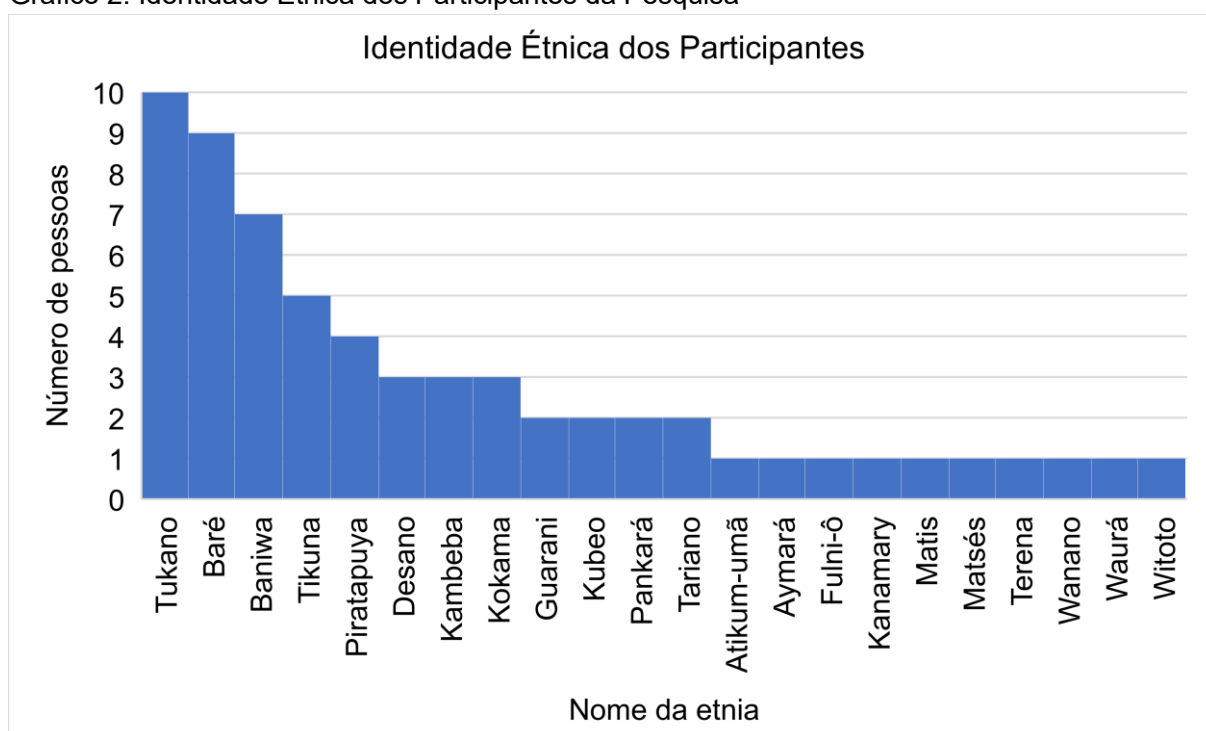
Fonte: Próprio Autor.

A idade dos participantes foi calculada com base na data do dia 17 de novembro de 2023, primeiro dia de análise dos dados coletados. Os participantes apresentam idade entre 18 e 35 anos. Como é possível observar no gráfico 1, a faixa etária mais comum é de 21 a 23 anos, enquanto a menos comum são as pessoas acima de 30 anos.

▪ Identidade Étnica

A pesquisa conta com estudantes originários de 22 diferentes povos, com destaque para o povo Tukano, grupo étnico que representa quase um sexto dos participantes. Observe o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Identidade Étnica dos Participantes da Pesquisa



Fonte: Próprio Autor.

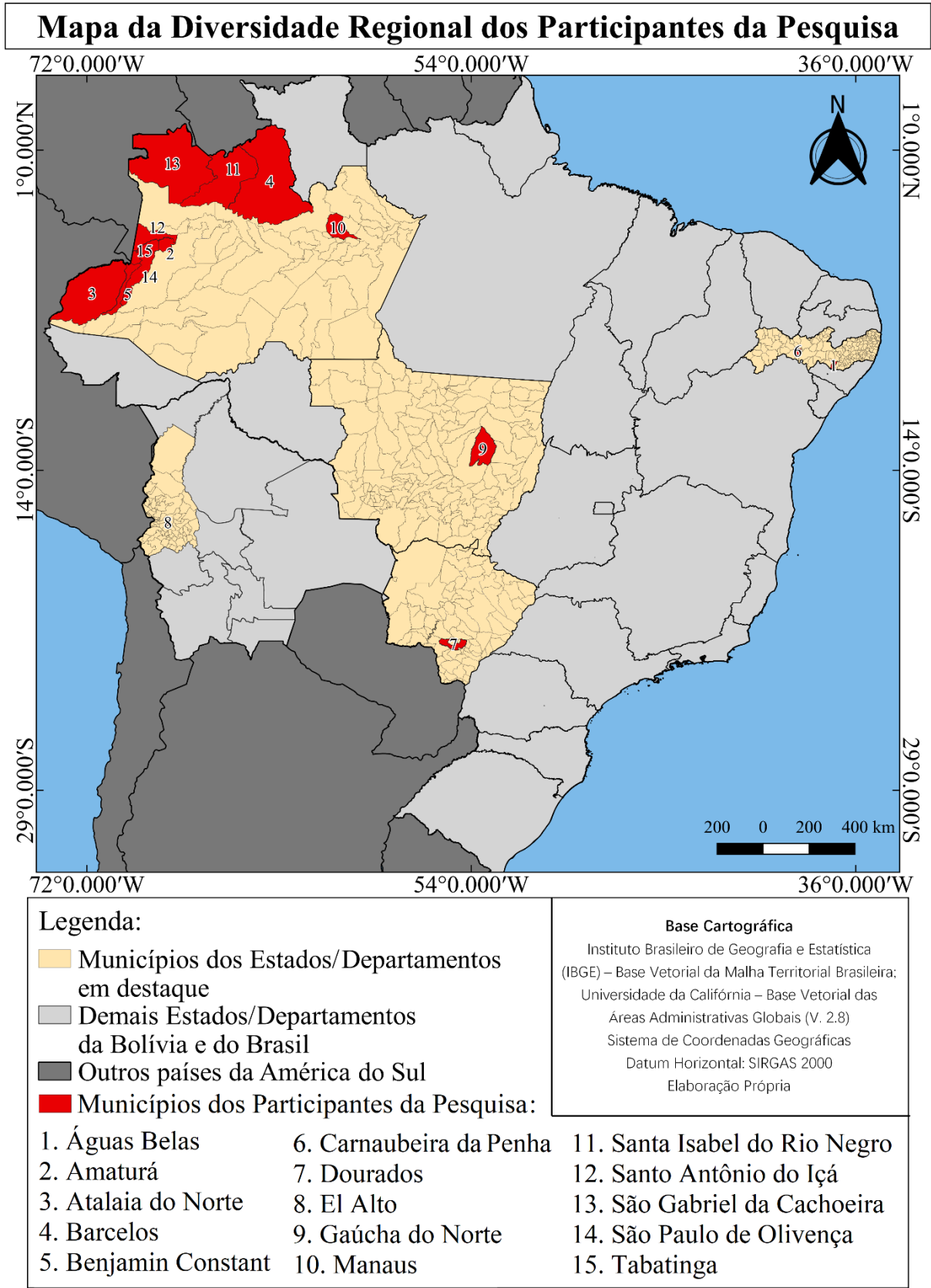
▪ Diversidade Regional

Neste trabalho, consideramos importante obter respostas de indígenas de diferentes regiões do Brasil. Ao todo, tivemos participantes com origem nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Além disso, um estudante é originário do exterior, mais especificamente da Bolívia. O estado com maior número de representantes é o Amazonas, com 53 pessoas (mais de 85% do total de participantes). Logo após, vem Pernambuco com quatro (6,5%), Mato Grosso do Sul com três (4,8%) e o Mato Grosso com apenas um participante (1,6%).

Quinze municípios foram representados, sendo dez somente do Amazonas. O município de São Gabriel da Cachoeira (AM) fica em destaque, totalizando quase

metade das respostas. Veja o mapa a seguir:

Figura 2: Mapa da Diversidade Regional dos Participantes da Pesquisa



Fonte: Próprio Autor.

▪ Curso de Graduação

Ao todo, pelo menos 32 cursos da Unicamp foram representados. No questionário, não era obrigatório a especificação do turno de estudo, portanto esta característica foi desconsiderada. O curso com maior participação foi o de Geografia, área de estudo do autor deste trabalho, com 7 participantes. Outros cursos com grande participação foram Pedagogia e Análise & Desenvolvimento de Sistemas, ambos com 4 respostas. Veja a distribuição completa dos cursos dos participantes nas tabelas a seguir:

Tabela 2: Curso de Graduação dos Participantes da Pesquisa (Área de Humanidades e Artes)

Curso de graduação (Humanas / Artes)	Total
Administração	2
Administração Pública	3
Artes Cênicas	2
Artes Visuais	1
Ciências Econômicas	2
Ciências Sociais	1
Comunicação Social (Midialogia)	1
Dança	3
Estudos Literários	1
Geografia	7
História	1
Licenciatura em Letras (Português)	2
Licenciatura Integrada Química / Física	2
Música	2
Pedagogia	4
Total	34

Fonte: Próprio Autor

Tabela 3: Curso de Graduação dos Participantes da Pesquisa (Área de Exatas e Tecnológicas)

Curso de graduação (Exatas / Tecnológicas)	Total
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4
Arquitetura e Urbanismo	1
Ciência da Computação	2
Eng. Ambiental	1
Eng. de Computação	1
Eng. de Produção	1
Eng. de Telecomunicações	1
Geologia	2
Licenciatura em Física	1
Licenciatura em Matemática	1
Química	1
Saneamento Ambiental	2
Sistemas de Informação	1
Total	19

Fonte: Próprio Autor

Tabela 4: Curso de graduação dos Participantes da Pesquisa (Área de Biológicas e Saúde)

Curso de graduação (Biológicas / Saúde)	Total
Educação Física	3
Farmácia	2
Fonoaudiologia	2
Medicina	2
Total	9

Fonte: Próprio Autor.

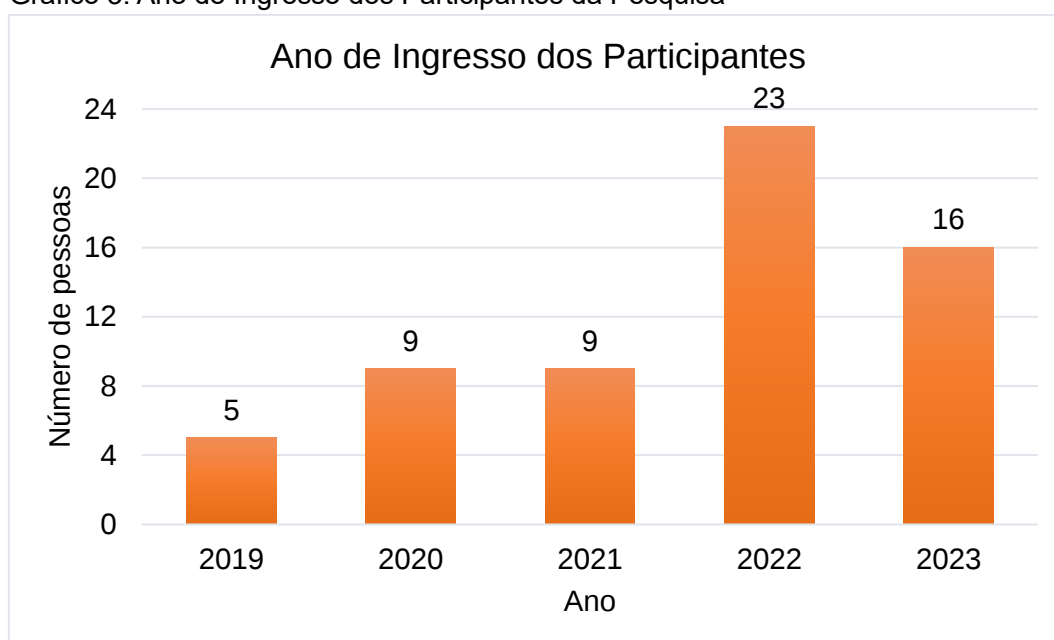
Alguns cursos de graduação tiveram alta taxa de participação na pesquisa. É o caso de Medicina, com taxa de 50%. Apenas 4 vagas foram ofertadas para este curso ao longo das cinco edições do Vestibular Indígena da Unicamp. Dessa forma, com duas respostas, o curso teve a inclusão de pelo menos metade de seu corpo discente na pesquisa.

Ao todo, a Unicamp apresenta 24 unidades de ensino/pesquisa. No questionário, dois terços (16) destas unidades foram representadas, com destaque para a Faculdade de Tecnologia, o Instituto de Artes e o Instituto de Geociências, todos com 9 participantes cada.

- Ano de Ingresso

A pesquisa contemplou estudantes que ingressaram na Unicamp em todos os anos desde a implementação do primeiro vestibular indígena da universidade. A maior parte dos participantes ingressaram em seus cursos nos anos de 2022 e 2023. Observe o gráfico em seguida:

Gráfico 3: Ano de Ingresso dos Participantes da Pesquisa

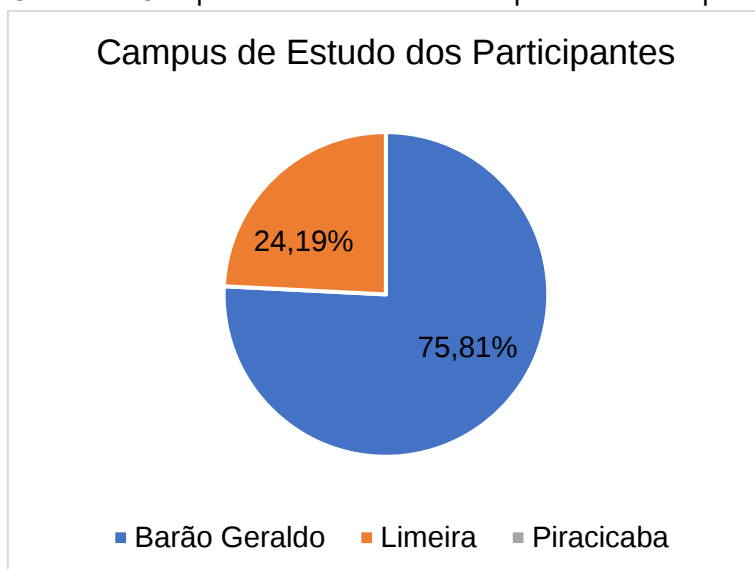


Fonte: Próprio Autor

- Campus de Estudo

Dois dos três campi da Unicamp foram representados. Barão Geraldo concentra mais de três quartos dos participantes, enquanto Limeira fica com o restante. Infelizmente, não houve nenhum participante que estuda em Piracicaba. Isso pode ser explicado devido à recente oferta de vagas no único curso de graduação deste campus, o curso de Odontologia. Duas vagas foram ofertadas em 2022 e duas em 2023. Portanto, com um número máximo de somente quatro alunos, a coleta de dados neste campus ficou comprometida. Mesmo assim, isso não compromete os resultados deste trabalho. Veja o gráfico a seguir:

Gráfico 4: Campus de Estudo dos Participantes da Pesquisa

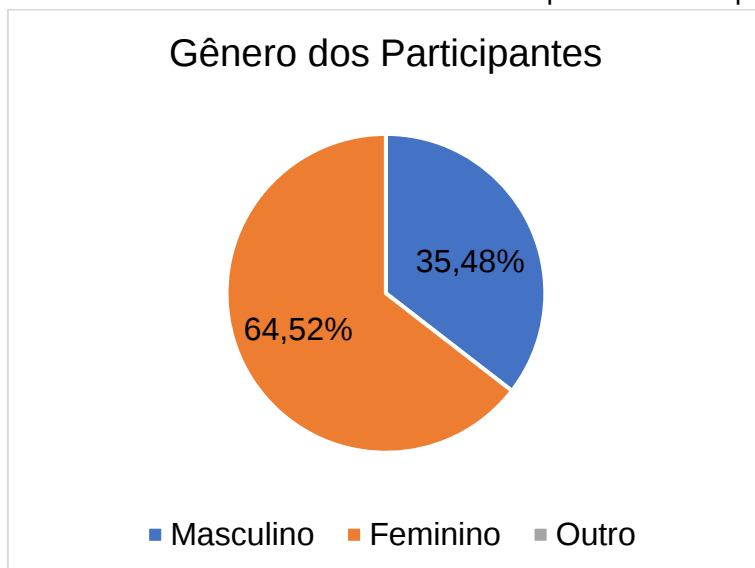


Fonte: Próprio Autor.

- Gênero

Houve uma significativa diferença entre o número de mulheres (40) e homens (22) que participaram na pesquisa. Nenhum dos participantes se identifica com algum gênero que foge do espectro binário. Observe o gráfico:

Gráfico 5: Identidade de Gênero dos Participantes da Pesquisa

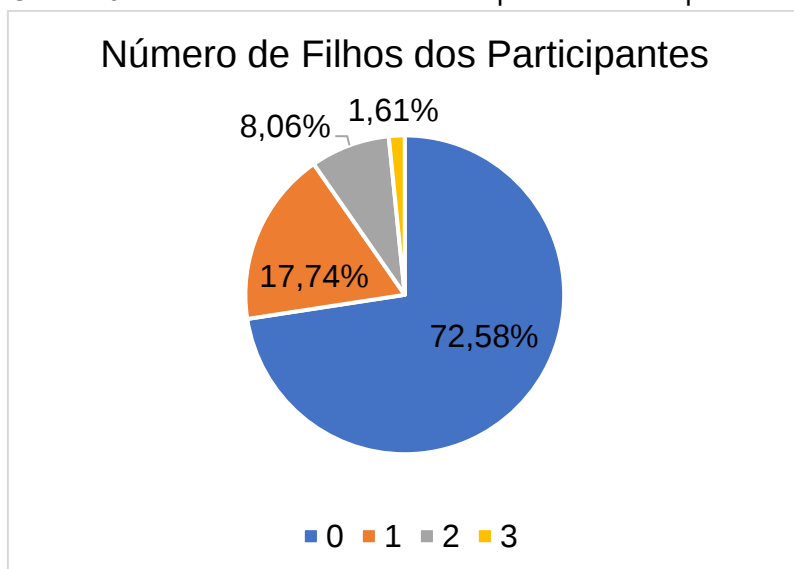


Fonte: Próprio Autor.

- Número de filhos

A maior parte dos participantes não tem nenhum filho. Para aqueles que tem, o número mais comum de filhos é apenas um. Nenhuma resposta maior ou igual a 4 foi registrada. Observe o gráfico:

Gráfico 6: Número de Filhos dos Participantes da Pesquisa

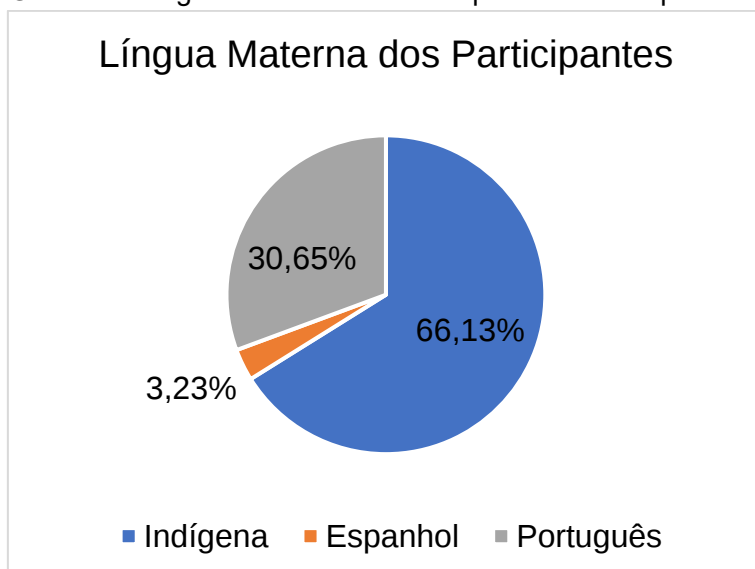


Fonte: Próprio Autor.

- Língua Materna

Cerca de dois terços dos participantes tem como língua nativa alguma das muitas línguas indígenas sul-americanas, com destaque para o tukano, o tikuna, o nheengatu (ou tupi moderno) e o baniwa. O português e o espanhol, línguas indo-europeias faladas no continente em decorrência da colonização, também aparecem como resposta. Observe o gráfico:

Gráfico 7: Língua Materna dos Participantes da Pesquisa



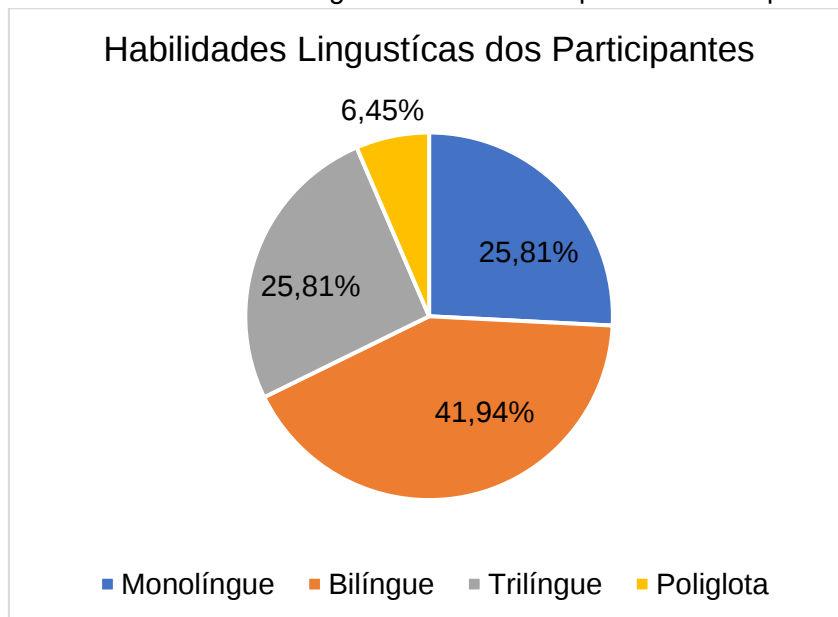
Fonte: Próprio Autor

- Habilidades Linguísticas

A fim de obter uma vaga na Unicamp todos os candidatos devem ter fluência comprovada na língua portuguesa através de aprovação no vestibular. Portanto, todos os participantes da pesquisa são falantes da língua portuguesa. Entretanto, as

habilidades linguísticas dos participantes varia. Três quartos dos participantes falam mais de uma língua. Para os bilíngues, a grande maioria fala a língua de seu povo e o português. Para os trilingues e políglotas, existem aqueles que além da língua indígena materna e o português, falam uma língua estrangeira (como o inglês ou espanhol) e/ou uma língua indígena adicional, provavelmente tida como a língua franca¹⁵ da região onde moram. Veja o gráfico a seguir:

Gráfico 8: Habilidades Linguísticas dos Participantes da Pesquisa



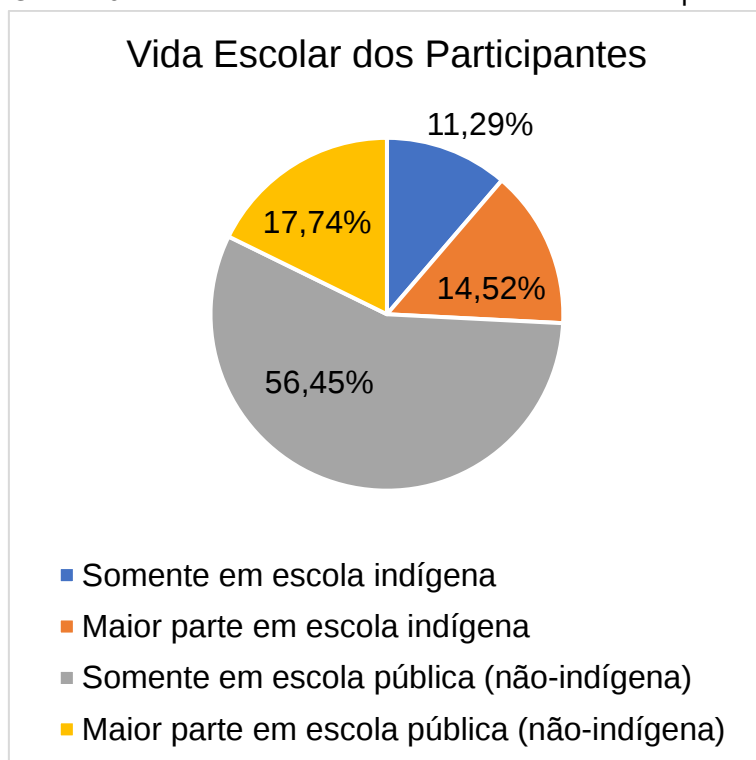
Fonte: Próprio Autor.

▪ Vida Escolar

Como é possível ver no gráfico 9, a maioria (quase três quartos) dos participantes estudou a maior parte de suas vidas (ou sempre) em escola pública não-indígena. O restante das pessoas teve sua vida escolar majoritariamente em escolas indígenas. Não houve ninguém que estudou em escolas privadas, uma vez que um dos requisitos para ingressar na Unicamp através do Vestibular Indígena é ser um aluno proveniente do ensino público.

¹⁵ "Quando uma língua acaba sendo mais difundida do que as demais e torna-se o meio de comunicação mais usado é chamada pelos especialistas de língua franca. Ela permite que povos com diferentes culturas e línguas consigam se comunicar. A língua Tukano [...] é um exemplo. Ela tem uma posição social privilegiada entre as demais [...], porque se converteu em língua franca da região do Alto Rio Negro. Há casos em que é o Português que funciona como língua franca. Já em algumas regiões da Amazônia, por exemplo, diferentes povos indígenas e populações ribeirinhas falam o Nheengatu, a Língua Geral Amazônica, para conversar entre si" (ISA, s.d.).

Gráfico 9: Vida Escolar até o Ensino Médio dos Participantes da Pesquisa



Fonte: Próprio Autor.

3.4.2 Vida Universitária na Graduação da Unicamp

A segunda parte do formulário é mais direcionada, com apenas 5 perguntas, voltadas a temas específicos a fim de compreender a percepção dos estudantes sobre a vida universitária na Unicamp. Com exceção da última pergunta, de caráter mais aberto, as quatro perguntas analisadas neste tópico foram direcionadas pelo autor da pesquisa.

- Bolsas de Permanência

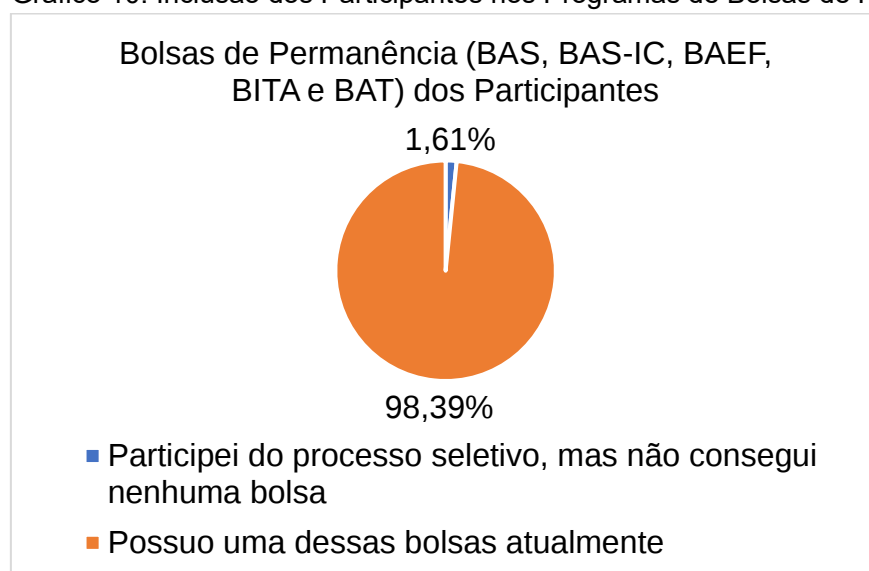
O órgão responsável pelo processo seletivo e pagamento das bolsas de permanência da Unicamp é o Serviço de Apoio ao Estudante.

“O Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) é o principal órgão de apoio e assistência estudantil na Unicamp. Seus programas visam garantir que, ao ingressar na Universidade, os (as) estudantes possam se desenvolver plenamente a partir da associação de um ensino de qualidade a uma efetiva política de assistência estudantil, que incorpora auxílios referentes à moradia, alimentação, transporte e cultura, além de suportes na área educacional, social, cultural, psicológica e psiquiátrica, além de outras atividades do mundo de trabalho” (SAE-Unicamp)¹⁶.

¹⁶ SAE [s.d.].

De acordo com o SAE, as bolsas sociais, no contexto da graduação, são destinadas a qualquer aluno regularmente matriculado, que atenda aos requisitos específicos de cada bolsa. As bolsas de permanência (não relacionadas à moradia) em destaque neste trabalho são: Bolsa Auxílio-Social (BAS), Bolsa Auxílio-Social de Incentivo Complementar (BAS-IC), Bolsa Auxílio Estudo-Formação (BAEF), Benefício de Isenção da Taxa de Alimentação (BITA) e Bolsa Auxílio-Transporte (BAT). Elas são caracterizadas pelo caráter prolongado (geralmente de um ano, com possibilidade de renovação) e destinadas aos estudantes das camadas socioeconômicas mais desfavorecidas. Portanto, não têm relação direta ao mérito do aluno, como as bolsas de Iniciação Científica. Outros benefícios como a Bolsa Auxílio Instalação (BAI) e a Bolsa Emergência não foram aqui incluídas por seu caráter temporário. Veja o gráfico em seguida:

Gráfico 10: Inclusão dos Participantes nos Programas de Bolsas de Permanência da Unicamp



Fonte: Próprio Autor.

Apenas um aluno relatou não ter conseguido uma bolsa de auxílio à permanência estudantil, apesar de ter tentado. Entretanto, mesmo que quase a totalidade dos participantes tenha algum tipo de bolsa, o valor dos auxílios não condiz com o custo de vida no distrito de Barão Geraldo, um dos mais caros de Campinas, a quarta cidade mais cara para se viver no Brasil em 2023, segundo a plataforma Numbeo¹⁷, perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

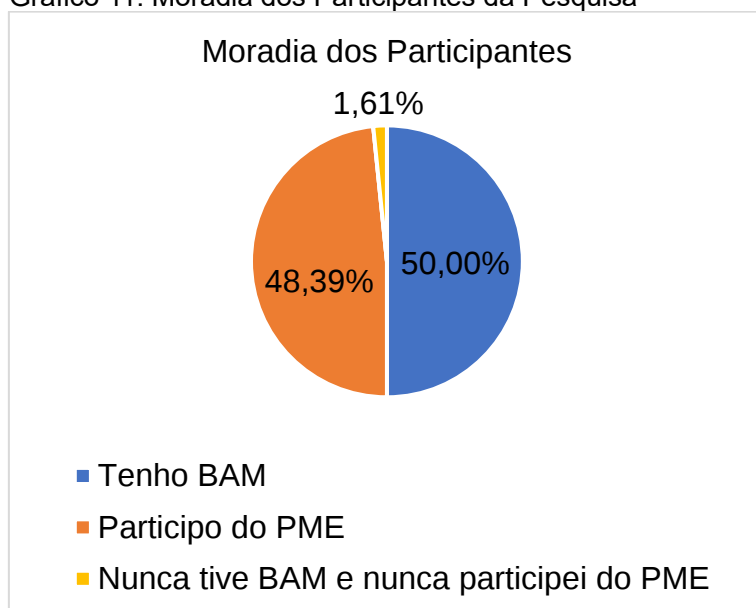
¹⁷ EPTV, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/02/27/campinas-e-a-4a-cidade-mais-cara-para-se-viver-no-brasil-aponta-plataforma-que-reune-dados-sobre-economia.ghtml>

A bolsa de menor valor (BAT) tem remuneração mensal aproximada de apenas R\$ 259,60, já a de maior valor (BAEF) paga R\$ 1.255,73, quantias abaixo do salário-mínimo nacional, que é de R\$ 1.320.

- Moradia

Os participantes da pesquisa encontram-se bem divididos entre a preferência pela Bolsa Auxílio Moradia (BAM) e o Programa de Moradia Estudantil (PME), com diferença mínima de respostas. Veja o gráfico a seguir:

Gráfico 11: Moradia dos Participantes da Pesquisa



Fonte: Próprio Autor.

A BAM atualmente paga R\$ 600,00 para que o estudante consiga uma moradia próxima à universidade. Para conseguir esta bolsa, é dada prioridade aos estudantes de Limeira e Piracicaba, visto que não existe Moradia Estudantil da Unicamp nestas cidades. No entanto, estudantes de Campinas também podem obtê-la, caso desejem e atendam aos requisitos.

Este valor acaba por não considerar o preço médio do aluguel em uma metrópole como Campinas. Conforme o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci-SP)¹⁸, o valor médio do aluguel mensal por metro quadrado em Campinas é R\$ 25,00. Ou seja, um apartamento de somente 30 m² chega a custar cerca de R\$ 750,00 por mês, valor acima da cotação atual da BAM.

¹⁸ EPTV, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/01/17/preco-do-aluguel-residencial-em-campinas-sobe-tres-vezes-mais-que-a-inflacao-e-supera-media-nacional.ghtml>

Por sua vez, o PME é gratuito. Todavia, há um número limitado de vagas, as quais são em sua grande maioria individuais; são pouquíssimas as vagas para a modalidade estúdio, que permite com que mães e pais vivam junto a seus filhos. Outrossim, as condições de vida na Moradia Estudantil são precárias, questão já discutida anteriormente e que será mais bem aprofundada no tópico “Outras questões”.

▪ Urgências dos Graduandos Indígenas na Unicamp

Para compreender melhor o resultado obtido com as respostas deste tópico, o autor elaborou um ranking simples, atribuindo uma pontuação a cada uma das problemáticas, com base nas respostas dos alunos. Para cada resposta escolhida como “muito importante”, atribui-se uma pontuação de 2 pontos; para a opção “relativamente importante”, foi atribuída uma pontuação de 1 ponto; para “sem importância”, não foi atribuída pontuação.

Dessa forma, a pontuação reflete uma maior ou menor urgência, de acordo com os participantes da pesquisa. Em síntese, a maior pontuação final revela a problemática mais urgente, enquanto a menor pontuação destaca uma problemática de menor urgência. Observe o resultado das respostas:

Tabela 5: Ranking de Problemáticas Mais Importantes Segundo os Participantes da Pesquisa

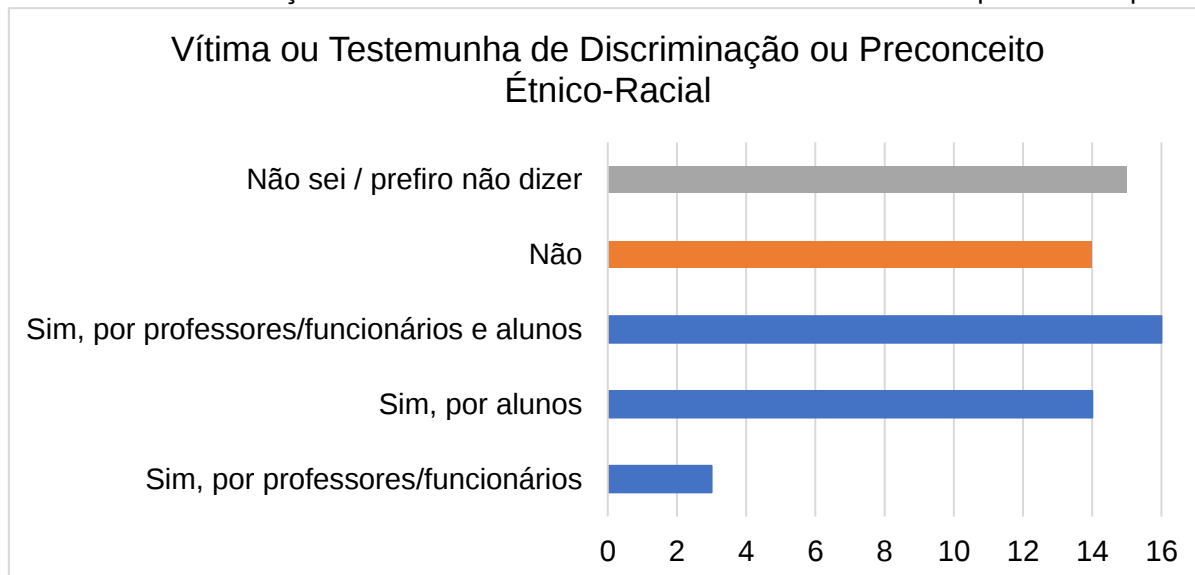
Situação	Número de respostas			Pontuação Final
	(x2) Muito importante	(x1) Relativamente importante	(x0) Sem importância	
Mais representatividade indígena no corpo docente da Unicamp (professores e pesquisadores)	56	6	0	118
Aumento do valor das bolsas sociais	54	8	0	116
Melhoria das condições de vida na Moradia Estudantil	54	7	1	115
Intensificação de debates e pautas voltadas às temáticas indígenas na Unicamp por meio de cursos, palestras, disciplinas etc.	52	10	0	114
Melhoria no processo seletivo de bolsas/moradia do SAE	48	14	0	110
Criação de curso de graduação voltado aos povos indígenas, como a Licenciatura Intercultural Indígena	44	18	0	106
Reestruturação do Percorso Formativo Indígena	42	20	0	104

Fonte: Próprio Autor.

Logo, observamos que o quesito representatividade é o mais urgente para a comunidade estudantil de indígenas na Unicamp. Em seguida, existem as questões das bolsas sociais e a situação da moradia estudantil. Questões de urgência relativa incluem a intensificação de debates e pautas voltadas às temáticas indígenas na Unicamp, a melhoria do processo seletivo de bolsas/moradia do SAE e a criação de um curso de graduação voltado aos povos indígenas. Com relação ao Percorso Formativo Indígena, ainda que aproximadamente dois terços considerem muito importante a sua reestruturação, foi a problemática menos urgente dentre as estudadas nesta pesquisa.

- Discriminação e Preconceito Étnico-Racial

Gráfico 12: Discriminação e Preconceito Étnico-Racial Sofrido/Testemunhado pelos Participantes



Fonte: Próprio Autor.

Mais da metade, 33 estudantes ao todo, afirmaram ter sido vítima ou testemunhado discriminação ou preconceito étnico-racial por parte de alguém na Unicamp (respostas em azul). São taxas altas para uma universidade que prega a diversidade e inclusão como conceitos fundamentais. Do restante, 14 (22,6%) afirmaram nunca ter sofrido ou testemunhado (em cor laranja) e 15 (24,2%) preferiram abster-se desta discussão (em cor cinza).

3.4.3 Outras questões

A última pergunta do formulário era mais livre, de caráter qualitativo, onde os participantes podiam colocar comentários adicionais sobre qualquer assunto que achassem pertinente envolvendo a permanência e inclusão de estudantes indígenas

na Unicamp. Primeiramente, foram reunidas e sistematizadas todas as respostas, buscando perceber os temas mais recorrentes e relevantes que apareciam nas falas dos entrevistados. Posteriormente, as respostas foram separadas em diferentes temáticas, verificando os temas de maior recorrência e desconsiderando aqueles sem recorrência¹⁹.

Cabe dizer que 38 dos participantes (61,3%) escreveram algo nesta pergunta, com grande variância no tamanho do texto. Há respostas com mais de 200 palavras e outras com somente uma pequena frase. O restante (24 pessoas) respondeu, de forma geral, que não tinha nada a acrescentar. É importante salientar que foram mantidos, nas citações dos participantes, erros de ortografia, para fins de não-interferência no conteúdo das respostas.

Os 7 temas principais presentes nas respostas desta questão foram, em ordem decrescente de recorrência:

- 1) Bolsas de permanência e moradia;
- 2) Discriminação étnico-racial e estereótipos;
- 3) Intensificação da presença indígena na Unicamp;
- 4) Assistência psicológica;
- 5) Ingresso na Unicamp;
- 6) Reestruturação do Percurso Formativo Indígena;
- 7) Inclusão de culinária indígena.

- Bolsas de permanência e moradia

Doze participantes (19,35%) relataram queixas com relação à problemática financeira. Há reclamações sobre a remuneração baixa das bolsas de permanência e o número insuficiente de vagas na moradia estudantil, além das várias reivindicações por políticas mais adequadas para os estudantes com filhos. Para alguns participantes, seria mais adequado também a existência de um processo seletivo de bolsas na Unicamp diferenciado para os alunos indígenas, voltado às especificidades desta população. É o que mostra o seguinte relato, de um dos participantes da pesquisa:

“As bolsas de permanência não são suficientes para manter uma família, tendo em vista que a maioria dos povos indígenas possuem muitos filhos. Eu por exemplo não tive condições financeiras de permanecer com minha filha, sendo mãe solteira e minha filha sendo órfã de pai, mesmo morando na moradia estudantil (PME), o valor da bolsa não é suficiente para isso [...]”, afirma uma estudante de Geologia.

¹⁹ Temáticas com apenas 1 resposta (sem repetição) não foram descritas neste trabalho.

- Discriminação étnico-racial e estereótipos

Oito pessoas (12,9%) escreveram mais detalhadamente sobre discriminação étnico-racial e/ou intensificação de estereótipos para com os indígenas dentro da Unicamp. Como descrito em algumas respostas, a imagem de um 'índio' seminua e selvagem, sem acesso a qualquer tecnologia e isolado nas florestas ainda é a única na mente de muitos dentro da universidade.

Foram relatadas queixas sobre a diferença no tratamento de alunos indígenas e não-indígenas durante a Calourada²⁰ da Unicamp, bem como a exclusão social ou desvalorização de conhecimentos e opiniões, ações praticadas por professores dentro da sala de aula. O relato abaixo descreve esse tipo de situação:

“O que afeta mais a permanência indígena na universidade é o racismo que enfrentamos constantemente. Principalmente nas salas de aula e institutos, não somos bem acolhidos, somos invisíveis, e quando reparam a nossa presença, nos veem como inferiores ou menos ‘inteligentes’. Vocês ‘brancos’ nem percebem que fazem isso. Isso é tão cruel que a gente vai perdendo aos poucos vontade de ‘estudar’ [...] ou acabamos perdendo um trabalho em grupo porque ninguém da turma quer você ‘indígena’ no grupo, nos excluem. Quando você corrigi falas pejorativas referente a povos indígenas que o professor estava usando [...], você é marcada e olhada de cara feia pelo resto do semestre. Você chegar num local da Unicamp para conhecer, e ser recebida com as seguintes falas de uma funcionária: ‘Ah mas o que você está fazendo aqui? Tão longe da sua aldeia né!’. ‘Mas piano não é instrumento de indígena’. Cada atitude e fala é como se fosse uma facada em nossos corpos, que deixa feridas, e por nós estamos longe da nossa família e do nosso território, essa ferida fica marcada”, é o que conta uma estudante de Música.

- Intensificação da presença indígena na Unicamp

Além das queixas sobre a falta de representatividade indígena no corpo docente, foi demandada uma intensificação nos debates e pautas voltadas às temáticas indígenas, para que todos entendam que o lugar do indígena também é na universidade. Leia o texto em seguida:

“Acredito que, palestras e interações dos ‘não indígenas’ nas questões indígenas na universidade seria uma boa, a maioria do corpo discente e docente nem sabe que existem alunos indígenas entre o seu meio acadêmico”, fala de um aluno de Engenharia das Telecomunicações.

- Assistência psicológica

Alguns estudantes destacaram a importância da manutenção de uma boa saúde mental e espiritual. Na Unicamp, o órgão responsável por este assunto é o Serviço de Assistência Psicológica e Psiquiátrica (Sappe), entretanto há inúmeras

²⁰ Evento que consiste na comemoração da entrada de alunos novos nas instituições de ensino do Brasil, acontecendo geralmente na primeira semana de aula de cada ano letivo.

reinvidicações com relação à demora nos atendimentos, devido ao número insuficiente de profissionais contratados pela Unicamp (Diretoria do IMECC²¹, 2023). Inclusive, esta é uma das principais solicitações da greve de 2023 realizada pelos estudantes da universidade no mês de outubro. Veja o que diz um dos participantes da pesquisa sobre este tema:

“Acredito que a assistência psicológica voltada para os estudantes indígenas é de suma importância para a permanência dos acadêmicos. Estar em uma universidade é extremamente impactante em vários sentidos, tanto por ser um espaço novo, com pessoas com culturas e classes diferentes (além de estar longe de casa, na maioria dos casos)”, relata uma estudante de Ciências Econômicas.

▪ Ingresso na Unicamp

Nesta temática, duas questões principais foram levantadas. Primeiramente, no que tange às opções de curso no Vestibular Indígena, já que alguns cursos não oferecem vagas nesta modalidade ou oferecem pouquíssimas vagas. Além disso, há queixa sobre a falta de inclusão nas políticas de ingresso da Unicamp dos estudantes indígenas internacionais (imigrantes), indígenas em contexto urbano (sem vínculo com a comunidade originária) ou em processo de retomada da identidade. Leia o seguinte relato:

“Acredito que deve ser revista a forma de ingresso do vestibular indígena e as cotas étnicos raciais para os indígenas, porque atualmente tais políticas abrangem aos indígenas que se encontram ou tem alguma relação com a comunidade, mas exclui uma parte dos indígenas que se encontram em contexto urbano e/ou que estão em retomada de sua identidade. Neste ponto coloco também a exclusão de indígenas imigrantes e filhos de imigrantes que não são contemplados. Eu [...] sou indígena aymara imigrante de nacionalidade boliviana e moro no Brasil há mais de 19 anos e nesse tempo vi que as cotas não nos abrangem e tais medidas de permanência estudantil que se está pensando e elaborando talvez nem nós abranja também, por isso é necessário pensar em permanência estudantil de uma forma mais ampla. Acredito que tenha que se aumentar o número de vagas para ingressos dos estudantes de contexto urbano para que não haja um ‘conflito’ pelas cotas já existente. As cotas para pessoas negras incluem imigrantes negros, mas já em relação aos indígenas imigrantes e/ou em contexto urbano de nacionalidade brasileira são excluídos devido a comprovação de sua identidade, por isso ressalto mais uma vez que isso deve ser revisto”, fala da estudante boliviana.

²¹ Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica. Disponível em: <https://www.adunicamp.org.br/wp-content/uploads/2023/10/2-Resposta-do-CI-pauta-estudantes.pdf>

- Reestruturação do Percurso Formativo Indígena

Este programa também foi alvo de críticas pelos participantes do estudo. As reclamações incluem: tempo de graduação mais prolongado; ausência de disciplinas importantes, como biologia, química e inglês; e pouca eficácia na preparação para os estudos universitários. Veja a afirmação abaixo:

“Penso que o atual chamado percurso formativo é muito frustrante para os demais indígenas no sentido de se é prolongado o tempo de formação até a finalização do curso [...] onde os mesmos não podem cursar mais de uma matéria obrigatória do próprio curso atrasando sua formação acadêmica como um todo”, é o que opina um estudante de Educação Física.

- Inclusão de Culinária Indígena

De modo geral, 6 em cada 7 participantes da pesquisa é do norte do país, região caracterizada por ter uma culinária significativamente distinta do restante do Brasil, com grande consumo de peixes, frutos do mar e alimentos regionais, em oposição à carne de boi e os produtos industrializados, mais consumidos no Sudeste. Portanto, não é de se admirar que alguns estudantes se queixaram do cardápio servido nos restaurantes da Unicamp. Veja o relato a seguir:

“[...] em relação ao restaurante universitário, julgo necessário a inclusão da culinária indígena no cardápio como forma de inclusão, muito de nós indígenas sentimos falta de ter uma comida da qual costumávamos ter em nossas comunidades. Em muitas etnia indígena a comida é um dos elementos importantes para se ter um corpo saudável, não só no sentido nutricional mas em aspectos de se sentir parte do ambiente”, afirma uma estudante do curso de Administração Pública.

3.5 Debate

A pesquisa se torna relevante por incluir quase um quinto do total de graduandos indígenas matriculados na Unicamp atualmente e ser um dos primeiros estudos sobre a temática nesta instituição de ensino. O Vestibular Indígena na Unicamp é uma medida muito recente, os primeiros indígenas que ingressaram por essa modalidade estão se formando apenas agora, portanto reitera-se a importância de uma pesquisa deste tipo, para que mais indígenas possam adentrar, permanecer e se sentirem incluídos no meio acadêmico.

Há grande diversidade étnica e regional dos dados coletados, com participação de estudantes de variados cursos. Entretanto, a pesquisa pode conter algum tipo de

viés, visto que há um número de mulheres significativamente superior ao de homens e a pesquisa não inclui nenhum aluno do campus de Piracicaba.

Analisando os resultados, nota-se inexistência de estudantes com 4 filhos ou mais, com tendência nulípara. Obviamente, isso não acontece porque nenhum indígena com mais de três filhos deseja estudar numa das melhores instituições de ensino da América Latina, mas porque isso é praticamente inviável ou impossível. Com as bolsas oferecidas pela Unicamp, de valores inferiores a um salário-mínimo e vagas inadequadas na moradia estudantil, o sonho do ensino superior para estas pessoas torna-se algo irrealizável.

No que se refere à diversidade geográfica, notou-se participação majoritária de estudantes dos estados que possuem locais de prova no Vestibular Indígena da Unicamp. Amazonas, Pernambuco e Mato Grosso do Sul, três dos quatro estados brasileiros com respostas na pesquisa já participam do vestibular. A única exceção é o Mato Grosso (e a Bolívia). Dessa forma, seria uma medida interessante que a Comvest amplie o número de locais de prova (atualmente 6) ou revise-os, a fim de incluir estudantes de outras regiões do Brasil, ou seja, povos com outras vivências.

De fato, para o ingresso em 2024, a Unicamp já realizou mudanças. Optou por substituir o local de prova em Bauru (SP), com histórico de números irrisórios de inscritos, para abranger a cidade paraense de Santarém, localizada no meio da Amazônia, com maior potencial de participação indígena.

Ademais, cerca de um terço dos participantes fala três línguas ou mais, o que valida novamente a capacidade e a indubitável necessidade do indígena de ocupar a universidade, visto que a maior parte da população brasileira só fala uma língua: o português. Todavia, infelizmente, estas capacidades linguísticas muitas vezes não são valorizadas. De fato, a Unicamp acaba por dar enfoque maior ao eurocentrismo, oferecendo majoritariamente cursos de línguas europeias, como inglês, espanhol, francês, alemão, russo, grego e latim.

As exceções incluem japonês, mandarim e coreano, línguas das maiores economias do mundo e com grande número de falantes, além do hebraico, com alguns poucos milhões de falantes nativos. Comparativamente, com número similar de falantes de hebraico, temos o guarani, língua indígena sul-americana falada no Brasil. No entanto, entre a opção de ensinar o idioma oficial de Israel, um Estado criminoso que ocupa os territórios palestinos há décadas, e ensinar a língua de um povo indígena brasileiro, a Unicamp escolheu a primeira opção.

Além disso, as bolsas não são suficientes, a moradia é precária. Não há debates sobre a existência de indígenas na Unicamp, não há apoio psicológico e, quando há, é demorado. A única coisa que parece existir sempre e sem escassez na vida universitária destes alunos são as situações de racismo por eles enfrentadas.

Mesmo diante de todos os desafios supracitados, emerge como a questão mais urgente a ausência de representatividade. Numa instituição que carrega consigo a missão de ser um espaço de aprendizado e diversidade, a ausência de representações plurais do povo brasileiro ressoa como uma falha profunda em sua proposta de inclusão. Não existe professor indígena contratado na Unicamp²². Nunca existiu, na verdade, em seus 57 anos de história. Afinal, todos os 13 reitores da Unicamp foram homens brancos.

Sendo assim, a conquista da representatividade não é apenas uma demanda por inclusão, mas um chamado para reconhecer e valorizar as vozes que foram historicamente marginalizadas. É uma convocação para quebrar os padrões estabelecidos e abrir espaço para a multiplicidade de narrativas que enriquecem a experiência educacional. A diversidade de perspectivas é vital para a construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, onde todos possam se ver, se reconhecer e, acima de tudo, pertencer.

²² Já houve professor visitante, de caráter temporário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, a educação indígena surge como uma ferramenta de resistência e reafirmação identitária, mas a escassez de representatividade, oportunidades justas e apoio financeiro e psicológico ainda persistem como obstáculos significativos. A análise aqui descrita, no que tange à Unicamp, revela muitas problemáticas neste contexto.

Em primeiro lugar, nos últimos anos, houve uma crescente demanda de candidatos indígenas por vagas na Unicamp. Todavia, a Comvest vem apresentando invariância na oferta, o que evidencia a necessidade de uma revisão nas políticas de admissão.

Outrossim, ao explorar as condições de vida dos estudantes indígenas na Unicamp, observamos questões críticas, desde a infraestrutura precária na moradia estudantil até desafios financeiros. A alta taxa de evasão entre esses estudantes, agravada pela pandemia, destaca a urgência de medidas mais eficazes para garantir não apenas a entrada, mas também a permanência, inclusão e sucesso acadêmico dessa comunidade na universidade.

O trabalho traz contribuições significativas por meio da aplicação de um questionário inédito. No âmbito financeiro, o resultado da pesquisa revela que, embora a grande maioria dos participantes tenha acesso a algum tipo de auxílio, os valores oferecidos são insuficientes para fazer frente ao custo de vida em uma cidade como Campinas. A discrepância entre o valor das bolsas e o elevado custo dos aluguéis, aliada à escassez de vagas na moradia, coloca em xeque a viabilidade econômica de estudar, especialmente para os indígenas que são chefes de família.

No tocante à representatividade, a ausência histórica de professores indígenas é destacada como um desafio significativo, comprometendo a diversidade de perspectivas e conhecimentos no ambiente acadêmico. Além disso, questões como a inclusão de culinária indígena e maior assistência na manutenção da saúde mental e espiritual também despontam.

Ademais, a reestruturação no Percorso Formativo Indígena é ressaltada, mesmo com urgência relativa menor, evidenciando a necessidade de adaptar o programa às demandas e expectativas dos estudantes. A pesquisa também aponta para a persistência da discriminação, do preconceito étnico-racial e da perpetuação de estereótipos, revelando que mais da metade dos participantes já vivenciou ou

testemunhou situações desse tipo na universidade. Esse dado alarmante ressalta a importância de elaborar medidas para promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso, onde a diversidade é não apenas tolerada, mas celebrada.

A conclusão da pesquisa ressoa com um chamado à ação. A Unicamp é desafiada a não apenas reconhecer os problemas identificados, mas implementar políticas concretas para superá-los. Afinal, a entrada na universidade representa um avanço, mas pertencer vai muito além do ingresso.

5 REFERÊNCIAS

ACTIONAID BRASIL. **Educação Indígena no Brasil: dificuldades enfrentadas na formação dos educadores e prejuízos causados**. 2022. Disponível em: <https://actionaid.org.br/noticia/educacao-indigena-no-brasil-dificuldades-enfrentadas-na-formacao-dos-educadores-e-prejuizos-causados>. Acesso em: 8 de julho de 2023.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários**. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios>. Acesso em: 03 de dezembro.

AMARAL, Wagner Roberto; BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, p. 818-835, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [s.d.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de junho de 2023.

BRASIL, Governo Federal. **Brasil tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022**. 2023. Disponível em: [www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20\(7%2F8\)](http://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20(7%2F8)). Acesso em: 27 de agosto de 2023.

COMVEST – Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp. **Perfil Socioeconômico Geral**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.comvest.unicamp.br/base-de-dados-comvest/estatisticas-sociais/perfil-socioeconomico/perfil-socioeconomico-geral>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

DAC – Diretoria Acadêmica da Unicamp. **Caderno de Horários**. 2023. Disponível em: <https://www.dac.unicamp.br/portal/caderno-de-horarios/2023>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

ESQUERDA DIÁRIO. **Alagamentos e riscos de desabamento: estudantes da Moradia da Unicamp enfrentam precarização**. 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Alagamentos-e-riscos-de-desabamento-estudantes-da-Moradia-da-Unicamp-enfrentam-precariozacao>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

EPTV – Emissoras Pioneiras de Televisão. **Campinas é a 4ª cidade mais cara para se viver no Brasil, aponta plataforma que reúne dados sobre economia**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/02/27/campinas-e-a-4a-cidade-mais-cara-para-se-viver-no-brasil->

aponta-plataforma-que-reune-dados-sobre-economia.ghtml. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **REPECULT-Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura** - (<http://doi.org/10.29327/211303>) - Qualis B1., v. 1, n. 1, p. 3-23, 2016.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

IMECC – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da Unicamp. **Resposta da Diretoria do IMECC à pauta de reivindicações dos estudantes**. 2023. Disponível em: <https://www.adunicamp.org.br/wp-content/uploads/2023/10/2-Resposta-do-CI-pauta-estudantes.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. 2022. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatísticas da Educação Superior 2021 - Graduação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacaoL>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

ISA – Instituto Socioambiental. **Terras Indígenas: Situação Jurídico-Administrativa (junho)**. 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/terras-indigenas-situacao-juridico-administrativa-junho>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

ISA – Instituto Socioambiental. **Línguas Francas e Línguas Gerais**. [s.d.]. Disponível em: <https://mirim.org/pt-br/linguas-indigenas/linguas-gerais#:~:text=Quando%20uma%20%C3%ADngua%20acaba%20sendo,e%20%C3%ADnguas%20consigam%20se%20comunicar>. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

KAWAKAMI, Érica. a. Etnicizando o currículo: notas a partir da presença indígena na universidade. In: **Reunião Nacional Anped**, 38., 2017, São Luis, Anais. São Luís: 2017. 15p.

MATO, Daniel. Las iniciativas de los movimientos indígenas en educación superior: un aporte para la profundización de la democracia. **Nueva Sociedad**, v. 227, p. 102-119, 2010.

MEDAETS, Chantal; SILVA, Edilene Alves da. Estudantes indígenas na Unicamp e a pandemia. In: KRAWCZYK, N.; VENCO, S. (orgs.) **Utopias e distopias na educação em tempos de pandemia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 243-259.

MUNZANZU, Carla Ramos; BARBOZA, Myrian Sá Leitão; MOURA, Beatriz Martins. Políticas Afirmativas para os povos indígenas: Universidade pública como território em processo de demarcação e retomada. **Mana**, v. 28, 2022.

NUNES, Tote. **Reitoria discute acesso e permanência de estudantes com Ministério dos Povos Indígenas**. 2023. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/07/03/reitoria-discute-acesso-e-permanencia-de-estudantes-com-ministerio-dos-povos>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

NEXO JORNAL. **O crescimento da presença indígena no ensino superior**. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaao/2022/O-crescimento-da-presen%C3%A7a-ind%C3%ADgena-no-ensino-superior>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2023.

POLON, Luana Caroline Künast. Elementos para Discussão da População em Geografia. **Revista Faz Ciência**, v. 20, n. 31, p. 80-94.

SAE – Serviço de Apoio ao Estudante. **O que é o SAE?** [s.d.]. Disponível em: <https://www.sae.unicamp.br/portal/pt/sae>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

SANTOS, Emily. Número de indígenas no ensino superior é 5 vezes maior que em 2011, aponta levantamento. **G1 Globo**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/05/06/numero-de-indigenas-no-ensino-superior-e-5-vezes-maior-que-em-2011-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

TEIXEIRA, Patrícia. Unicamp registra taxa de evasão de 94% para alunos indígenas e estuda criar índice étnico-racial para acesso a bolsa. **G1 Globo**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/04/29/unicamp-registra-taxa-de-evasao-de-94percent-para-alunos-indigenas-e-estuda-criar-indice-etnico-racial-para-acesso-a-bolsa.ghtml>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

VERDUM, Ricardo. Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. **Povos indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília, DF: Instituto de Estudos Socioeconômicos, p. 91-112, 2009.

6 ANEXOS (QUESTIONÁRIO)

Muito Além do Ingresso - Permanência e Inclusão de Estudantes Indígenas na Unicamp

Este questionário é exclusivamente direcionado somente aos **estudantes indígenas** atualmente **matriculados** em um curso de **graduação** da Universidade Estadual de Campinas (**Unicamp**)

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

Antes de aceitar participar da pesquisa, leia o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE):

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“Muito além do ingresso – Permanência e inclusão de estudantes indígenas na Unicamp”** (CAAE: 72537823.7.0000.8142) que será realizada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sob responsabilidade do pesquisador Dr. Marko Synésio Alves Monteiro. As informações presentes neste documento foram fornecidas pelo pesquisador Dr. Marko Synésio Alves Monteiro.

Este documento, chamado Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e será disponibilizado por meio de documento online, via Google Drive. Este arquivo deve ser salvo em local seguro e de fácil acesso para uso futuro, ou deve ser impresso e guardado.

Por favor, leia com atenção e calma, buscando entender completamente a proposta da pesquisa. Se tiver dúvidas sobre qualquer ponto da pesquisa ou de sua participação, antes ou mesmo depois de concordar em ser participante da pesquisa, você poderá esclarecê-las com um dos pesquisadores da equipe: Arthur Pereira Lima dos Reis, pelos meios de contato descritos neste documento. Se preferir, você pode consultar outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá qualquer tipo de penalização ou prejuízo se você não quiser participar ou se retirar sua autorização em qualquer momento, mesmo depois de iniciar sua participação nesta pesquisa.

INFORMAÇÕES SOBRE ESTA PESQUISA:

Objetivos: O objetivo desta pesquisa é de entender melhor como os alunos indígenas da Unicamp percebem a sua inclusão na universidade e como vivenciam sua experiência. Buscamos entender o que é mais importante para esses alunos a fim de melhor compreender como estão sendo incluídos na vida universitária da Unicamp.

Importância do estudo: os resultados da pesquisa podem ser úteis na compreensão das prioridades dos alunos indígenas em termos das políticas de ingresso e permanência. Isso pode ajudar no aprimoramento dessas políticas por parte da Unicamp.

Procedimentos e metodologias: Sua participação no estudo consistirá no preenchimento de um questionário on-line com 18 perguntas, divididas entre dissertativas e alternativas. Espera-se que o preenchimento leve de 5 a 10 minutos. Você **não** deve participar deste estudo caso: seja menor de 18 anos; não seja indígena; não seja estudante de graduação regularmente matriculado na Unicamp; não apresente este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado.

Os dados e informações obtidos durante esta pesquisa serão armazenados pelo período de 5 anos, em servidor na Unicamp protegido com senha, e serão usados apenas para os fins dessa pesquisa. Sua identidade não será revelada em nenhuma publicação derivada dessa pesquisa, e os dados serão descartados após esse período.

Tratamento dos dados: Esta pesquisa prevê o armazenamento dos dados coletados em repositório de dados, em local virtual de acesso público, com o objetivo de possível reutilização, verificação e compartilhamento em trabalhos de colaboração científica com outros grupos de pesquisa.

Sua identidade não será revelada nesses dados, pois os dados só serão armazenados de forma anônima (isto é, os dados não terão identificação), utilizando mecanismos que impeçam a possibilidade de associação, direta ou indireta com você. Cabe ressaltar que quem compartilhar os dados também não terá possibilidade de identificação dos participantes de

quem os dados se originaram. Sendo assim, não haverá possibilidade de reversão da anonimização.

Desconfortos e riscos previstos: Pode haver riscos no sentido de algum incômodo decorrente da pergunta, por se tratar de temas que dizem respeito à sua vivência no campus. Alguns alunos podem ter tido trajetórias difíceis antes e durante o curso, o que pode levar a desconforto emocional. A participação é totalmente voluntária, e você pode requisitar a exclusão de dados a qualquer momento no decorrer da pesquisa, mesmo depois de ter respondido a este questionário. Por se tratar de pesquisa online, não haverá interação direta, mas a equipe da pesquisa estará sempre disponível para contatos via e-mail ou outros meios digitais ou presenciais na Unicamp, campus de Campinas.

Benefícios: Não há benefícios diretos dessa pesquisa aos participantes. Benefícios indiretos incluem o conhecimento mais aprofundado a respeito de questões que afligem os estudantes indígenas da Unicamp, o que pode contribuir para o aprimoramento das políticas voltadas a esses alunos por parte da Unicamp e outros órgãos.

Acompanhamento e assistência: Caso haja qualquer desconforto, dúvida, sugestão ou necessidade de acompanhamento e assistência durante a realização da pesquisa, os participantes podem entrar em contato com um dos integrantes da equipe de pesquisa: Arthur Pereira Lima dos Reis.

Forma de contato com os pesquisadores: Em qualquer horário, contacte: Arthur Pereira Lima dos Reis; endereço profissional: R. Carlos Gomes, 250 - Cidade Universitária, Campinas/SP, 13083-855; telefone: (15) 98126-1930; ou e-mail: a231693@dac.unicamp.br.

Forma de contato com Comitê de Ética em Pesquisa - Ciências Humanas e Sociais (CEPCHS): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, protegendo o(a)s participantes em seus direitos e dignidade. Em caso de dúvidas,

denúncias ou reclamações sobre aspectos éticos de sua participação e sobre seus direitos como participante da pesquisa, entre em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa - Ciências Humanas e Sociais UNICAMP (CEPCHS-UNICAMP), de segunda a sexta-feira, das 08:00hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:30hs à Rua: Bertrand Russel, 801; CEP 13083-865 Campinas – SP; telefones (19) 3521-6836; e-mail: cepchs@unicamp.br. Se houver necessidade da intermediação da comunicação em Libras, você pode fazer contato com a Central TILS da Unicamp no site <https://www.prg.unicamp.br/tils/> e solicitar ajuda para comunicação com o CEP.

Forma de contato com o Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP): O CONEP tem como função a implementação de normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Em caso de dúvidas, denúncias ou reclamações sobre aspectos éticos de sua participação e sobre seus direitos como participante da pesquisa, entre em contato também com este comitê. Endereço: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70750-521, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315- 5877. Horário de atendimento: 09h às 18h.

GARANTIAS AOS PARTICIPANTES:

Esclarecimentos: Você será informado(a) e esclarecido(a) sobre os aspectos relevantes da pesquisa, antes, durante e depois da pesquisa, mesmo se esta informação causar sua recusa na participação ou sua saída da pesquisa. A equipe de pesquisa se compromete a divulgar aos participantes do estudo, através de canais de comunicação online (Whatsapp, Facebook, Instagram ou e-mail), os resultados da pesquisa, bem como à comunidade do Instituto de Geociências da Unicamp. O pesquisador também se compromete a enviar os resultados desta pesquisa para a publicação em revista, periódico científico e/ou apresentação em congresso relacionado à problemática.

Direito de recusa a participar e direito de retirada do consentimento: Você tem direito de se recusar a participar da pesquisa e de desistir e retirar o seu consentimento em qualquer momento da pesquisa sem que isto traga qualquer penalidade ou represálias de qualquer natureza e sem que haja prejuízo para você.

Sigilo e privacidade: Você tem garantia que sua identidade será mantida em sigilo, e dados e/ou informações identificadas ou identificáveis não serão fornecidos a pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados deste estudo, informações que possam identificá-lo(a) não serão mostradas ou publicadas. Em função da natureza digital desta pesquisa, não é possível garantir segurança ou sigilo absoluto dos dados, mas todo cuidado será tomado pelos pesquisadores para garantir o sigilo de seus dados. Para maior segurança dos dados, serão adotadas as seguintes medidas: Todos os dados serão guardados em servidor na Unicamp, em plataforma Google Drive, protegido com senhas, com acesso apenas pela equipe de pesquisa. Os dados serão anonimizados, e a identificação não será guardada. Todas as publicações e apresentações de resultados da pesquisa não usarão nenhum dado que possa identificar os participantes.

Ressarcimento: Você não terá qualquer despesa por participar desta pesquisa.

Assistência, indenização e medidas de reparação: Você tem direito de buscar indenização e reparação de danos se sentir prejudicado(a) pela participação nesta pesquisa, mesmo se já tiver concordado em participar da pesquisa e assinado RCLE.

Entrega do RCLE: Você receberá este documento assinado e rubricado pelo(a) pesquisador(a) por meio de documento online, via Google Drive.

Responsabilidade do(a) Pesquisador(a):

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução CNS/MS 510/2016, a Resolução CNS nº 304 de 2000, que rege as diretrizes com relação às pesquisas com populações indígenas, bem como resoluções complementares na elaboração do protocolo desta pesquisa e na obtenção deste Registro de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter lido, explicado e fornecido este documento ao participante da pesquisa. Informo que este estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP. Comprometo-me ao utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo (a) participante.

2. *

Documento assinado digitalmente
gov.br ARTHUR PEREIRA LIMA DOS REIS
Data: 04/11/2023 11:56:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do pesquisador 1

Data: ____/____/____.

Marko Monteiro

Assinatura do pesquisador 2

Data: ____/____/____.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo em participar da pesquisa
☐ Não concordo em participar da pesquisa

Informações gerais

3. Nome completo *

4. Data de nascimento *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

5. Etnia indígena *

6. Origem geográfica (cidade/estado/país) *

7. Curso de graduação na Unicamp *

8. Ano de ingresso na Unicamp *

9. Em qual campus da Unicamp você estuda? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Barão Geraldo

☐ Limeira

☐ Piracicaba

10. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Outro

11. Você tem filhos? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Não

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ 5 ou mais

12. Qual é a sua língua materna? *

13. Você sabe falar em quais idiomas? Cite todos. *

14. Até o ensino médio, você estudou: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Somente em escola indígena
- ☐ Maior parte em escola indígena
- ☐ Somente em escola pública (não-indígena)
- ☐ Maior parte em escola pública (não-indígena)
- ☐ Somente em escola particular (não-indígena)
- ☐ Maior parte em escola particular (não-indígena)

Graduação na Unicamp

15. Com relação às Bolsas de Permanência BAS, BAS-IC, BAEF, BITA e BAT do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE):

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não participei do processo seletivo dessas bolsas
- ☐ Participei do processo seletivo, mas não consegui nenhuma bolsa
- ☐ Possuo uma dessas bolsas atualmente
- ☐ Já fui bolsista, mas atualmente não sou

16. Com relação à Bolsa Auxílio Moradia (BAM) e o Programa de Moradia Estudantil (PME) da Unicamp: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Tenho BAM
- ☐ Participo do PME
- ☐ Já tive BAM ou já participei do PME, mas atualmente não tenho ou não participo
- ☐ Nunca tive BAM e nunca participei do PME

17. De acordo com a sua opinião, atribua uma relação de importância/prioridade para cada uma das questões apresentadas a seguir, no que diz respeito à situação atual na Unicamp:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito importante	Relativamente importante	Sem importância
Criação de curso de graduação voltado aos povos indígenas, como a Licenciatura Intercultural Indígena	☐	☐	☐
Aumento do valor das bolsas sociais	☐	☐	☐
Melhoria das condições de vida na Moradia Estudantil	☐	☐	☐
Mais representatividade indígena no corpo docente da Unicamp (professores e pesquisadores)	☐	☐	☐
Melhoria no processo seletivo de bolsas/moradia do Serviço de Apoio ao Estudante	☐	☐	☐
Reestruturação do Percorso Formativo Indígena	☐	☐	☐

Intensificação de debates e pautas voltadas às temáticas indígenas na Unicamp por meio de cursos, palestras disciplinas etc.

☐☐☐

18. Você já presenciou ou foi vítima de alguma experiência desconfortável/desnecessária relacionada à discriminação ou preconceito étnico-racial com indígenas por parte de alguém na Unicamp? *

Marcar apenas uma oval.

☐

Sim, por parte de professores/funcionários

☐

Sim, por parte de alunos

☐

Sim, por parte de professores/funcionários e alunos

☐

Não

☐

Não sei / prefiro não dizer

19. Há algum outro tópico importante que você deseja comentar com relação à permanência e inclusão de estudantes indígenas na Unicamp? *
